

CONVERGÊNCIA



- Os primeiros jesuítas: mística, companheirismo e missão
- O Drama da fome como um apelo à Vida Religiosa
- Testemunho de D. Antônio Fragoso
- Genoma humano: seis anos depois
- Brasil: análise de conjuntura – Outubro 2006
- Índice alfabético por autor



CRB

Sumário

EDITORIAL	577
PALAVRA DO PAPA	581
INFORME CRB	585
ARTIGOS	589
Os primeiros jesuítas: mística, companheirismo e missão	589
PE. LUIS QUEVEDO, SJ	
O Drama da fome como um apelo à Vida Religiosa	601
PE. MARTINHO LENZ, SJ	
Testemunho de D. Antônio Fragoso	611
FREI GILVANDER LUIS MOREIRA	
Genoma humano: seis anos depois	616
ANTÔNIO MOSER	
Brasil: análise de conjuntura – Outubro 2006	626
PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA	
Índice alfabético por autor	636

A ilustração da capa da Convergência de 2006, da artista Eleanor Corrêa Lanes, ICM, Itaguaí-RJ, evoca o ícone da itinerância do povo de Deus e do Deus do povo. A Vida Religiosa, itinerante e solidária, de pés ligeiros e mãos abertas, caminha na fidelidade ao Espírito, que faz novas todas as coisas. O projeto gráfico da capa foi elaborado na Letra Capital Editora.



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:

Ir. Aíla Luzia Pinheiro de Andrade, NJ

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 2240-7299
Fax (21) 2240-4486
E-mail: crb@crbnacional.org.br

Registro na Divisão de Censura e
Diversões Públicas do PDF
sob o nº P. 209/73

*Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal
de seus autores e não refletem necessariamente o
pensamento da CRB como tal.*

Assinatura

Brasil: R\$ 80,00

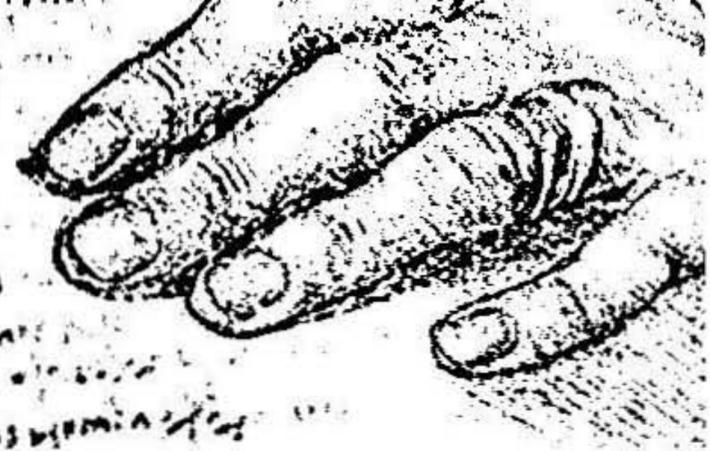
Anual

Exterior: US\$ 80,00 ou o correspondente em R\$ (Reais)

para 2006

Números avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8,00

Editorial



- CRB -
- BIBLIOTECA -

Alcindo Guanabara, 24/4º - Cinelândia
Cep 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Ser cristão hoje

01 FEV 2007

MARIA CARMELITA DE FREITAS

A comemoração do Natal traz sempre a tona a grande pergunta: Que significa ser cristão, seguir Jesus Cristo nos caminhos do tempo e nas diferentes circunstâncias da vida? No momento atual, esta pergunta tem uma relevância peculiar. O fenômeno da globalização neoliberal, com seus efeitos de diferentes ordens na vida de pessoas, povos, países e continentes, provocou profundos abalos no equilíbrio já instável da sociedade pós-moderna. Vivemos uma época de transformações, sob muitos aspectos inédita, que em determinados ambientes se vem denominando como época de mudanças ou crise civilizacional, uma grave encruzilhada histórica.

Para González Faus, a encruzilhada é sinônimo de chamada à responsabilidade humana. Para ele é característico da irresponsabilidade humana fechar os olhos diante das *encruzilhadas* históricas: "E quem poderia negar – escreve ele – que este planeta do capitalismo triunfante se encontra hoje diante de uma encruzilhada decisiva, e que o anunciado fim da história poderia chegar não pela implantação universal da democracia, senão por alguma catástrofe ar-

mamentista, ecológica, ou de desespero dos milhões de famintos da terra?"

Por isso mesmo é compreensível que o cristão que não quer incorrer em irresponsabilidade histórica diante da grave crise atual, se pergunte pelo significado da sua vocação no mundo e pelas responsabilidades históricas inerentes a essa vocação.

Para ajudar a responder a tal preocupação é de extrema atualidade o pequeno e precioso documento do século II – *Carta a Diogneto* –, talvez pouco conhecido ou pouco partilhado em nossas comunidades. O objetivo do texto é precisamente expor um aspecto fundamental da vida cristã: – o dever de santificar-se no meio do mundo, iluminando todas as coisas com a luz de Cristo. Mais que tecer comentários ao texto, vale a pena respigar na sua riqueza e saboreá-lo na linguagem direta e incisiva do autor: "*Os cristãos não se distinguem dos outros homens nem por sua terra, nem por seu idioma, nem por seus costumes. Porque nem habitam cidades exclusivamente suas, nem falam uma língua estranha, nem levam um gênero de vida separado dos outros. Habitando cidades gregas ou bárbaras e*

adaptando-se no vestir, comer e demais aos usos e costumes de cada país, mostram um teor de peculiar conduta, admirável e, por confissão de todos, surpreendente. Habitam suas próprias Pátrias, mas como se fossem peregrinos; tomam parte em tudo como cidadãos e tudo suportam com estrangeiros; toda terra estranha é para eles Pátria, e toda Pátria é terra estranha... Vivem simultaneamente na terra e no céu. Obedecem às leis estabelecidas, mas com sua vida ultrapassam as leis. Amam a todos e são perseguidos por todos. São ignorados e condenados. Pensando matá-los, dão-lhes a vida. São pobres e enriquecem a muitos. Carecem de tudo e tudo possuem. Quando amaldiçoados, retribuem com bênçãos. Condenados à morte, alegram-se como se lhes fora concedida a vida”.

Servindo-se da metáfora da alma e do corpo, o autor ilustra o que deve ser a presença e ação dos cristãos no mundo: “O que a alma é no corpo, isto são os cristãos no mundo. A alma está presente em todos os membros do corpo e os cristãos, em todas as cidades do mundo... Tal é o lugar que Deus lhes reservou e não lhes é lícito desertar desse lugar”.

A razão mais profunda dessa condição cristã no mundo reside no mistério insondável da encarnação do Verbo, de sua irrupção na carne humana: “Aquele que é verdadeiramente onipotente, criador do universo e Deus invisível, Ele mesmo fez baixar dos céus seu Verbo e sua Palavra santa e incompreensível e a instalou nos homens e solidamente a assentou no seu coração... Não a enviou para exercer tirania nem para infundir temor. Mas a enviou em clemência e mansidão, para persuadir, não para violentar, pois em Deus não há violência. Enviou-a para chamar, não para castigar; para amar, não para julgar”.

Como comunidades de seguidores de Jesus – o Verbo de Deus – estamos sempre con-

vidados a repensar nossa vocação no mundo à luz do evangelho e dos ensinamentos de nossos Pais na fé. Com a ajuda da Carta a Diogneto, perguntemo-nos: Até que ponto nossa vida reflete o mistério do Verbo feito carne para a vida do mundo? Somos testemunhas destemidas da misericórdia e do amor de Deus no meio do mundo? Vivemos o compromisso cristão com os pés bem assentados no chão da realidade e com a perspectiva da transcendência a iluminar nossas escolhas do dia a dia? Nossa fé em Jesus é luz para aqueles com quem caminhamos?

Nestas festas de Natal de 2006, Convergência quer fazer chegar a todas as comunidades religiosas, junto com os ecos da mensagem de Diogneto, os ecos da mensagem dos anjos de Belém: “nasceu-vos um Salvador”. E com esta alvissareira notícia desejar-lhes o dom da paz e da esperança, que este Salvador nos brinda com seu nascimento. Que os artigos publicados neste mês ajudem a todas a crescer no compromisso de viver com jubilosa entrega o espírito do Natal de Jesus e o núcleo fundamental da sua vocação no meio do mundo.

“Os primeiros Jesuítas: Mística, companheirismo e missão” – de Luis Quevedo, sj – é um texto sugestivo, de cunho narrativo, sobre as origens da Companhia de Jesus e as três figuras-chave desse processo: Inácio de Loyola, Pedro Fabro e Francisco Xavier, cujas datas centenárias foram comemoradas neste ano de 2006. Em grandes pinceladas, o autor traça com maestria e viveza o perfil humano-espiritual de cada um deles e perfaz brevemente o itinerário histórico desse grupo de “amigos no Senhor” e denodados evangelizadores da sua época. Inácio de Loyola é apresentado como o “peregrino do absoluto”, que, através de uma forte experiência de conversão, abandona riquezas e glórias mun-

danas para seguir o Cristo pobre, a serviço da sua Igreja. Na opinião do autor, “Inácio de Loyola foi um místico isto é, uma pessoa que fez uma experiência imediata de Deus. Mas a mística de Inácio não é uma *‘mística sponsal’*, como a dos grandes místicos do Carmelo. A mística inaciana é uma *‘mística de serviço’*, que nasce do amor apaixonado a Jesus Cristo e à sua Igreja. Pedro Fabro é visto como pessoa chave na união da nascente Companhia de Jesus, o homem da comunhão, o primeiro que entrou em contato com o luteranismo, em obediência ao Papa. A ele é atribuída a frase, para então inusitada: “Em lugar de insultar e desqualificar os *‘hereses’* é preciso amá-los sinceramente, para ganhar sua confiança, tratando com eles, familiarmente, daquelas coisas que nos unem (o patrimônio comum da fé cristã)”. Francisco Xavier, santo bem mais conhecido na historiografia eclesial, é o *homem sem fronteiras*, que arrisca a própria vida em incríveis viagens missionárias através dos grandes impérios do Oriente, portador incansável da Boa Notícia de Jesus. O autor conclui o artigo advertido: “Ao evocar a vida dos três primeiros jesuítas, mais do que exaltar o exemplo de um passado irrepetível, queremos suscitar no leitor de hoje o desejo de viver as características essenciais da vida consagrada – experiência de Deus, comunidade fraterna e serviço missionário – , com a generosidade com que Inácio de Loyola, Pedro Fabro e Francisco Xavier as viveram no século XVI”.

O artigo de Martinho Lenz – “O drama da fome como apelo à Vida Religiosa” – é particularmente desafiador na realidade atual do mundo, particularmente nos países pobres e periféricos: “O fato de haver no mundo 852 milhões de pessoas passando fome não pode deixar a ninguém indiferente”. Depois de apontar para alguns dados expressivos do pro-

blema, o autor apresenta uma rápida visão das suas causas estruturais e circunstanciais, citando o Relator Especial das Nações Unidas para o direito à alimentação: “A economia mundial poderia alimentar sem problemas 12 bilhões de pessoas. Isso significa que a criança que hoje morre de fome está sendo assassinada”. Com essas constatações, o texto focaliza os esforços que estão sendo feitos atualmente no Brasil em vista da superação do problema, destacando avanços e os ingentes desafios que ainda persistem. Menciona entre os desafios “a inexistência, no País de uma institucionalidade e cultura dos Direitos Humanos”. O papel da sociedade civil organizada na luta contra a fome, é realçada pelo autor como fator indispensável para a consecução de metas mais esperançadoras. Chama particularmente a atenção para o papel da Igreja e da Vida Religiosa nesse mutirão, que deve abrir-se também à colaboração ecumênica e ao diálogo inter-religioso. Como pistas concretas de ação, sugere: o discernimento das situações; a opção por um estilo de vida simples, projetos sociais congregacionais adequados ao momento histórico; parcerias e colaboração com projetos de outros; participação na formulação e controle das políticas públicas, bem como em mobilizações e ações exemplares.

“Genoma humano: seis anos depois” – de Antônio Moser – é um texto de enorme atualidade, questionador e instigante. O autor começa o artigo lembrando que a atual situação de crise e perplexidade da Vida Religiosa tem causas amplas e faces diferentes. Para a superação desse mal-estar, impõem-se determinadas condições, a saber, informação, formação e novas práticas. Para o autor, sem um conhecimento pelo menos razoável do que está ocorrendo ao nosso redor, não é possível situar-se de maneira lúcida na realidade. É

indispensável que a Vida Religiosa esteja informada sobre a atual crise que a pervade, sobre os fenômenos, conquistas e desafios da sua época, sobre os avanços biogenéticos e biotecnológicos e sobre nova consciência ética da humanidade. Mas não basta a informação. É preciso formação. Em termos atuais, isso significa que não são suficientes boa vontade e dedicação. É preciso um preparo sempre mais acurado. Não basta saber usar o computador. Exigem-se produtividade e resultados. A pessoa tem que saber gerenciar seu tempo e seus talentos com um cuidado crescente. Na opinião do autor, neste horizonte é que também se colocam os desafios da formação não apenas de uma consciência ética, mas também de uma consciência que saiba se posicionar diante dos grandes desafios tematizados pela bioética. Na medida em que se compreende que os grandes desafios de hoje apontam para a vida, nas suas múltiplas manifestações e em suas múltiplas etapas, torna-se difícil de entender como um religioso e uma religiosa não têm a mínima iniciação para a bioética". O texto conclui convidando os religiosos e religiosas a empunharem o Evangelho da Vida", o que supõe, em primeiro lugar, despertar para a nova realidade, num tempo fascinante e preocupante. É tarefa de todos "buscar novos discursos e novos caminhos para chegar onde sempre quisemos: ao Criador, que fez bem todas as coisas, e aos irmãos e irmãs para ajudá-los a trilhar o caminho da vida".

"Brasil: análise de conjuntura – outubro 2006" – de Pedro Ribeiro de Oliveira é, neste final de ano, marcado por acontecimentos relevantes em nível nacional e internacional, um valioso subsídio para ajudar as comunidades na sua crescente busca de lucidez crítica e de ação coerente e eficaz na sociedade. O autor contempla na sua aná-

lise dois grandes focos: – a relação do Brasil com os demais povos da América Latina e Caribe, tendo em vista a preparação da Quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Aparecida; e o processo eleitoral brasileiro com seus resultados, que revela traços nem sempre lembrados da realidade social e política do nosso País. Completa o texto uma breve chamada de atenção para fatos relevantes do cenário internacional. A respeito do processo eleitoral vivido pelo Brasil nos últimos meses, o autor observa que este processo "deixa a sensação de uma eleição sem entusiasmo nem paixão, porque faltou profundidade aos debates sobre o que os brasileiros e brasileiras queremos neste início de século: distribuir renda e riqueza com equidade; exercer ética e democraticamente o poder; junto com nossos vizinhos, contribuir para a paz mundial; encontrar o justo equilíbrio ecológico; e favorecer uma cultura humanista e bela".

Gilvander Moreira, ocd, apresenta aos leitores de Convergência o Testamento Espiritual de D. Antônio Fragoso. O texto foi recebido pelo Fr. Gilvander diretamente das mãos de D. Fragoso, pouco antes da sua morte. É, portanto, uma transcrição fiel do legado espiritual do insigne Bispo brasileiro, falecido há quase um ano. São várias as facetas desse interessante documento. Todas elas refletem o extraordinário perfil humano-espiritual do pastor fiel e do profeta destemido, coerente até à morte com suas grandes opções de vida, particularmente com sua opção pelos pequenos e empobrecidos, e cuja memória está viva na Igreja, sobretudo na Igreja dos pobres. Referindo-se à herança do Vaticano II, o texto afirma: "Ficou-nos a certeza de que o Vaticano II não era o ponto de chegada, mas o ponto de partida de um processo exigente de conversão pessoal e eclesial".



Mensagem do Papa Bento XVI no 20º Aniversário do Encontro Inter-religioso de Oração pela Paz convocado por João Paulo II

*Ao Venerado Irmão D. DOMENICO
SORRENTINO*

Bispo de Assis-Nocera Umbra-Gualdo Tadino

Celebra-se este ano o vigésimo aniversário do *Encontro Inter-Religioso de Oração pela Paz* querido pelo meu venerado predecessor João Paulo II, a 27 de outubro de 1986, nessa Cidade de Assis. Para esse encontro, como se sabe, ele convidou não só os cristãos das várias confissões, mas também representantes das diversas religiões. A iniciativa teve amplo eco na opinião pública: constituiu uma mensagem vibrante a favor da paz e revelou-se um acontecimento destinado a deixar um sinal na história do nosso tempo. Por isso, compreende-se que a recordação do que então aconteceu continue a suscitar iniciativas de reflexão e de compromisso. Algumas foram previstas precisamente em Assis, por ocasião do vigésimo aniversário daquele acontecimento. Penso na celebração organizada, em sintonia com essa Diocese, pela Comunidade de Santo Egídio,

em continuidade com análogos encontros por ela realizados anualmente. Nos dias do aniversário haverá um Congresso organizado pelo Instituto Teológico de Assis, e pelas Igrejas particulares dessa Região da Úmbria na Basílica de São Francisco. Por fim, o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso organizará ali um encontro de diálogo, de oração e de formação na paz para jovens católicos e de outras proveniências religiosas.

Estas iniciativas, cada uma com o seu aspecto específico, realçam o valor da intuição que teve João Paulo II e mostram a sua atualidade à luz dos próprios acontecimentos que se verificaram nestes vinte anos e da situação em que se encontra atualmente a humanidade. O acontecimento mais significativo neste espaço de tempo foi sem dúvida a queda, no Leste europeu, dos regimes de inspiração comunista. Com ela terminou a "guerra fria", que tinha gerado uma espécie de divisão do mundo em esferas de influência contrapostas, suscitando a preparação de terrificantes ar-

mazenamentos de armas e de exércitos prontos para uma guerra total. Aquele foi um momento de esperança de paz geral, que levou muitos a sonhar um mundo diverso, no qual as relações entre os povos se teriam desenvolvido aliviadas do peso da guerra, e o processo de "globalização" se teria realizado distinguindo-se por um confronto pacífico entre os povos e culturas no âmbito de um direito internacional partilhado, inspirado no respeito pelas exigências da verdade, da justiça e da solidariedade. Infelizmente este sonho de paz não se concretizou. O terceiro milênio iniciou, ao contrário, com cenários de terrorismo e de violência que não parecem dissolver-se. Depois, o fato de que os confrontos armados se verifiquem hoje sobretudo no quadro das tensões geopolíticas existentes em muitas regiões pode favorecer a impressão de que, não só as diversidades culturais, mas as próprias diferenças religiosas constituam motivos de instabilidade ou de ameaça para as perspectivas de paz.

Precisamente sob este perfil, a iniciativa promovida há vinte anos por João Paulo II assume o caráter de uma profecia pontual. O seu convite aos líderes das religiões mundiais para um testemunho coral de paz serviu para esclarecer sem possibilidade de equívocos que *a religião só pode ser portadora de paz*. Como ensinou o Concílio Vaticano II na Declaração *Nostra aetate* sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, "não podemos... invocar Deus, o Pai de todos, se nos recusarmos a tratar fraternalmente determinados homens, criados à imagem de Deus" (n. 5). Apesar das diferenças que caracterizam os vários caminhos religiosos, o reconhecimento da existência de Deus, ao qual os homens só

podem chegar partindo da experiência da criação (cf. *Rm 1,20*), não pode deixar de predispor os crentes a considerar os outros seres humanos como irmãos. Portanto, a ninguém é lícito assumir o motivo da diferença religiosa como pressuposto ou pretexto para uma atitude bélica em relação aos outros seres humanos.

Poder-se-ia objetar que a história conhece o triste fenômeno das *guerras de religião*. Mas sabemos que semelhantes manifestações de violência não podem ser atribuídas à religião como tal, mas aos limites culturais com que ela é vivida no tempo. Mas quando o sentido religioso alcança a sua maturidade, gera no crente a percepção de que *a fé em Deus, Criador do universo e Pai de todos, não pode deixar de promover entre os homens relações de fraternidade universal*. De fato, testemunhos do vínculo íntimo que existe entre a relação com Deus e a ética do amor registram-se em todas as grandes tradições religiosas. Nós, cristãos, sentimo-nos neste aspecto confirmados e ulteriormente iluminados pela Palavra de Deus. Já o Antigo Testamento manifesta o amor de Deus por todos os povos, que Ele, na aliança estabelecida com Noé, reúne num único grande abraço simbolizado pelo "arco sobre as nuvens" (*Gn 9,13.14.16*) e que, definitivamente, segundo as palavras dos profetas, pretende reunir numa única família universal (cf. *Is 2,2ss.; 42,6; 66,18-21; Jr 4,2; Sl 47*). No Novo Testamento a revelação deste desígnio universal de amor culmina no mistério pascal, no qual o Filho de Deus encarnado, num perturbante ato de solidariedade salvífica, se oferece em sacrifício na cruz por toda a humanidade. *Deus mostra assim que a sua natureza é Amor.*

Foi quanto quis ressaltar na minha primeira Encíclica, que inicia precisamente com as palavras "Deus caritas est" (1 Jo 4,7). Esta afirmação da Escritura não só lança luz sobre o mistério de Deus, mas ilumina também os relacionamentos entre os homens, todos chamados a viver segundo o mandamento do amor.

O encontro promovido em Assis pelo Servo de Deus João Paulo II realçou precisamente o valor da oração na construção da paz. De fato, estamos conscientes de como é difícil e por vezes humanamente desesperado o caminho para este bem fundamental. A paz é um valor no qual afluem tantos componentes. Para a construir, sem dúvida são importantes os caminhos de ordem cultural, política e econômica. Mas, em primeiro lugar a paz deve ser construída nos corações. De fato é neles que se desenvolvem sentimentos que podem alimentá-la ou, ao contrário, ameaçá-la, enfraquecê-la, sufocá-la. Aliás, o coração do homem é o lugar das intervenções de Deus. Portanto, ao lado da dimensão "horizontal" das relações com os outros homens, revela-se de importância fundamental, nesta matéria, a dimensão "vertical" da relação de cada um com Deus, no qual tudo tem o seu fundamento. Foi precisamente isto que o Papa João Paulo II, com a iniciativa de 1986, pretendeu recordar com vigor ao mundo. Ele pediu uma oração autêntica, que envolvesse toda a existência. Por isso, quis que fosse acompanhada pelo jejum e expressa na peregrinação, símbolo do caminho rumo ao encontro com Deus. E explicou: "A oração exige da nossa parte a conversão do coração" (*Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, 1986, vol. II, p. 1253). Entre os aspectos qualificantes

do Encontro de 1986, deve realçar-se que este valor da oração na construção da paz foi testemunhado por representantes de diversas tradições religiosas, e isto aconteceu não à distância, mas no contexto de um encontro. Desta forma, os orantes das várias religiões puderam mostrar, com a linguagem do testemunho, como a oração não divide mas une, e constitui um elemento determinante para uma pedagogia eficaz da paz, baseada na amizade, no acolhimento recíproco, no diálogo entre os homens de diversas culturas e religiões. Temos como nunca necessidade desta pedagogia, especialmente olhando para as novas gerações. Tantos jovens, nas zonas do mundo marcadas por conflitos, são educados para sentimentos de ódio e de vingança, dentro de contextos ideológicos nos quais se cultivam as sementes de antigos rancores e se preparam os corações para violências futuras. É preciso abater tais barreiras e favorecer o encontro. Portanto, sinto-me feliz por que as iniciativas programadas este ano em Assis sejam nesta direção e por que, em particular, o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso tenha pensado em fazer delas uma aplicação específica para os jovens.

Para que não haja dúvidas acerca do sentido de quanto, em 1986, João Paulo II quis realizar, e que, com uma sua expressão, se costuma qualificar como "espírito de Assis", é importante não esquecer a atenção que então foi dada para que o encontro inter-religioso de oração não se prestasse a interpretações sincretistas, fundadas numa concepção relativista. Precisamente por isto, desde as primeiras frases, João Paulo II declarou: "O fato de nós termos vindo aqui não implica intenção al-

guma de procurar um consentimento religioso entre nós ou de negociar as nossas convicções de fé. Nem significa que as religiões possam reconciliar-se a nível de um compromisso comum num projeto terreno que as ultrapasse todas. Nem sequer é uma concessão ao relativismo nas crenças religiosas..." (*Insegnamenti*, cit., pág. 1252). Desejo recordar este princípio, que constitui o pressuposto daquele diálogo entre as religiões que há quarenta anos o Concílio Vaticano II desejou na *Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs* (cf. *Nostra aetate*, 2). Aproveito de bom grado a ocasião para saudar os representantes das outras religiões que participam nas várias comemorações em Assis. Como nós cristãos, também eles sabem que na oração é possível fazer uma experiência especial de Deus e haurir estímulos eficazes na dedicação à causa da paz. Contudo, também neste aspecto é preciso evitar confusões inoportunas. Por isso, mesmo quando nos encontramos juntos a rezar pela paz, é necessário que a oração se realize segundo aqueles caminhos distintos que são próprios das várias religiões. Esta foi a escolha de 1986, e tal escolha não pode deixar de ser válida também hoje. A convergência do que é diverso não deve dar a impressão de uma cedência àquele relativismo que nega o próprio sentido da verdade e a possibilidade de a obter.

Para a sua iniciativa audaciosa e profética, João Paulo II quis escolher o sugestivo cenário desta Cidade de Assis, universalmente conhecida *pela figura de São Francisco*. De fato, o Pobrezinho encarnou de modo exemplar a bem-aventurança proclamada por Jesus no Evangelho: "Felizes os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus" (*Mt 5,9*). O

testemunho que ele deu no seu tempo faz com que seja um ponto de referência natural para todos os que, também hoje, cultivam o ideal da paz, do respeito pela natureza, do diálogo entre as pessoas, religiões e culturas. Contudo, é importante recordar, se não se quiser atraí-lo a sua mensagem, que *foi a opção radical de Cristo que lhe forneceu a chave de compreensão da fraternidade* à qual todos os homens estão chamados, e na qual também as criaturas inanimadas do "irmão sol" à "irmã lua" participam de qualquer forma. Portanto, apraz-me recordar que, em coincidência com este vigésimo aniversário da iniciativa pela paz de João Paulo II, celebra-se também o *oitavo centenário da conversão de São Francisco*. As duas comemorações iluminam-se reciprocamente. Nas palavras a ele dirigidas pelo Crucifixo de São Damião "Vai Francisco, restaura a minha casa..." na sua opção de radical pobreza, no abraço ao leproso no qual se expressou a sua nova capacidade de ver e amar Cristo nos irmãos que sofrem, tinha início aquela aventura humana e cristã que continua a atrair tantos homens do nosso tempo e faz com que esta Cidade seja meta de numerosas peregrinações.

Confio-lhe, venerado Irmão, Pastor dessa Igreja de Assis-Nocera Umbra-Gualdo Tadino, a tarefa de transmitir estas minhas reflexões aos participantes nas várias celebrações previstas para comemorar o vigésimo aniversário daquele acontecimento histórico que foi o *Encontro Inter-Religioso* de 27 de outubro de 1986. Queira transmitir a todos também a minha afetuosa saudação, comunicando-lhes a minha Bênção, que acompanho com os votos e a oração do Pobrezinho de Assis: "O Senhor vos dê a paz!".

Castelgandolfo, 2 de setembro de 2006

Informe CRB

1. Curso de teologia para religiosas de vida contemplativa

A CRB Nacional discípula e servidora da Boa Nova de Deus, se sente feliz em sua comunhão e solidariedade com a Vida Consagrada Dedicada à Contemplação. Desde o ano de 1982, mantém o Programa de Formação para Contemplativas – PROFOCO.

O PROFOCO nasceu dos Encontros de Irmãs Contemplativas que vinham sendo realizados pela CRB Nacional desde 1968, de dois em dois anos. Durante o VI Encontro Nacional, em agosto de 1979 com a presença de 113 participantes provenientes de 29 cidades e de 10 Ordens Religiosas, representando 42 Mosteiros, foi feito um pedido, por unanimidade, para que a CRB programasse um Curso especial destinado à preparação das formadoras para a Vida Contemplativa. A CRB recebeu, com satisfação, este pedido e tomou as providências necessárias. De 12 a 26 de março de 1982, em Petrópolis, RJ, realizou-se a primeira etapa do primeiro PROFOCO.

Essa caminhada de Formação para Contemplativas tem sua origem no Concílio Vaticano II que chamou toda a Vida Religiosa para a renovação. Na abençoada trajetória histórica desde 1982, o PROFOCO vem desenvolvendo suas atividades na Forma de

Seminários, Cursos e ou Encontros, conforme a solicitação e necessidade das Irmãs.

A Diretoria da CRB Nacional do Triênio 2004-2007 em conjunto com a Equipe do PROFOCO, organizou o Curso de Teologia em cinco módulos, para o período de cinco anos, assim previsto:

2004: Módulo 01 – Bíblia

2005: Módulo 02 – A Palavra de Deus na Vida das Comunidades

2006: Módulo 03 – Cristologia e Eclesiologia

2007: Módulo 04 – Espiritualidade e Liturgia (práxis cristã)

2008: Módulo 05 – Acompanhamento Espiritual.

Tem como objetivo geral: Oferecer à Vida Religiosa Feminina Dedicada à Contemplação, um curso de atualização teológica, abrangente, para atender seus apelos de formação.

2006: Módulo 03 – Cristologia e Eclesiologia

O Módulo 03 do Curso de Teologia realizou-se nos dias de 01 a 15 de setembro de 2006, no espaço ecológico Retiro Vicente de Paulo, em Igarapé, MG. Teve como objetivo: Proporcionar um aprofundamento da Vida Religiosa

Consagrada como seguimento de Cristo e uma inserção na Igreja local, contribuindo assim para a construção do Reino de Deus. O tema foi organizado em três blocos: Cristologia, Eclesiologia e Vida Religiosa Consagrada. Contou com a participação de 49 irmãs, representantes de 35 mosteiros das ordens: Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo - OCD, Congregação das Religiosas da Paixão de Jesus Cristo - CP, Ordem Beneditina do Brasil - OSB, Ordem das Irmãs Clarissas Capuchinhas - OCC, Ordem de Santa Clara - OSC, Ordem da Imaculada Conceição - OIC.

O Módulo 3 teve a seguinte programação e assessoria:

Dia 31.08/2006

■ 5ª feira, durante todo o dia, reservado para chegadas.

Dia 01/09 manhã

■ Celebração Eucarística - Presidida por Frei Eduardo Metz, OFM

■ Dinâmicas de Convivência e partilha sobre módulo anterior.

Dias 01 tarde a 05

■ Cristologia - Ir. Vera Ivanice Bombonato, FSP

Dias 06 a 09

■ Eclesiologia - Pe. Cleto Caliman, SDB

Dia 10

■ VRC Contemplativa - Ir. Mectildes Villaça Castro, OSB

Dia 11

■ Passeio - Parque Natural do Caraça - Santa Bárbara - MG

Dias 12 a 14

■ Vida Religiosa Consagrada - Frei Eduardo Metz, OFM

Dia 15

■ Celebração Eucarística, avaliação e conclusão, com almoço - Equipe.

Os assessores e as assessoras foram felizes nos seus trabalhos e dinâmicas. O grupo de irmãs é ativo, alegre e participativo. Gostam de aprofundar as reflexões em grupos e plenárias. A cada Módulo constata-se crescente relação intercongregacional e ao mesmo tempo a confirmação do carisma próprio de cada Ordem Religiosa.

O passeio é previsto como um espaço de lazer e cultura, muito esperado por elas. Este ano foi no Parque Natural do Caraça - Paraíso Ecológico. Mantido pelos Padres Lazaristas. Recebe este nome devido a um morro em forma de "cara grande". O pemoite podendo ver a chegada do lobo guará, o café colonial na manhã, a visita a diversos locais desse Santuário Ecológico, a atenção dos padres e monitores da Casa foram marcantes.

Além de duas assessoras executivas que acompanham a equipe durante todo o tempo, a CRB marca presença com a visita da Presidência. A pedido de Ir. Maris Bolzan, SDS, presente nas Assembleias Regionais Eletivas, a Ir. Terezinha Cecchin, RSCM do Conselho Superior e Ir. Maria Helena Morra, RSCM da Equipe Teológica, no dia 12 de setembro, visitaram e mantiveram um diálogo cordial com grupo.

Conforme manifestação das Cursistas o Módulo 3 ofereceu uma visão global da grandeza da vocação contemplativa na instauração do Reino de Deus e o despertar do potencial da mulher contemplativa como protagonista na Igreja e no mundo de hoje. A Vida Religiosa Contemplativa tem um patrimônio espiritual a ser colocado para o bem do povo de Deus. À luz da fé reavivou-se o seguimento de Jesus desde o presépio até a cruz para a ressuscitar com Ele. Na crescente comunhão e desafio pelo ideal comum, sentem realizar-se: "Elas são uma só alma e um só coração".

2. Carta aos povos da Amazônia

Em repúdio à perseguição aos defensores e defensoras dos direitos humanos na Amazônia

A Igreja na Amazônia historicamente vem se comprometendo na defesa da vida, da justiça e da paz para os povos dessa região. A sua missão principal é o compromisso com o Reino de Deus para que ele se concretize, especialmente no meio daqueles e daquelas que são espoliados de sua dignidade humana como filhos e filhas de Deus e, portanto, relegados aos porões da nossa sociedade de forma marginalizada e excluída.

Os defensores e as defensoras dos direitos humanos, comprometidos, verdadeiramente, com o Reino de Deus e a Sua Justiça, incomodam os inimigos do povo e, lamentavelmente, têm sido atacados de forma leviana, caluniosa, maldosa e difamadora através de cartas anônimas, manifestações públicas, declarações em jornais, além de uma gama variada de outras ameaças.

Mais uma vez Dom Erwin Krautler e a Igreja em geral, foram atacados de forma pública pelo seu compromisso com o Reino de Deus e serviço aos pobres e pequenos da região do Xingu. Foram desferidas inúmeras acusações infundadas que tem a finalidade clara de desarticular e enfraquecer a missão incansável e profética do Bispo do Xingu que tem dado para todo o Brasil um forte testemunho de anúncio e denúncia em favor de uma sociedade justa e igualitária.

A questão é que existe em toda a Amazônia um consórcio criminoso de pessoas grileiras de terras públicas, muitos fazendeiros que utilizam o trabalho escravo, muitos madeireiros que exploram a floresta de forma

ilegal, pessoas que utilizam do trabalho infantil e abuso sexual de menores, que querem fazer desaparecer todas as pessoas que lutam e se comprometem em defesa da vida. São esses inimigos perigosos, exploradores da nossa região que estão incomodados pela atuação dos que denunciam tais crimes, por conseguinte também com o Bispo.

Há, na verdade, dois modelos em debate sobre a Amazônia: o agronegócio e o desenvolvimento sustentável. Os grandes proprietários, através de suas organizações vendem a falsa idéia de que a região somente será desenvolvida com a monocultura da soja, exploração de minério e madeira, como recentemente no último dia 08 (oito) foi apresentado em jornais de grande circulação na cidade de Belém. Essas pessoas defendem um desenvolvimento de forma depredatória, sem estudos prévios e sem considerar não só a própria geografia da Amazônia mas também os seus povos os quais por meio de suas entidades e organizações vêm lutando pela implementação de um desenvolvimento sustentável, que garanta a vida para a presente e futuras gerações.

Insultam a Igreja Católica na pessoa do bispo Dom Erwin, que escolheu ser brasileiro por amor aos excluídos e excluídas deste chão, e que há mais de quarenta anos está na Prelazia do Xingu se doando pela construção do Reino de Deus, defendendo a vida, e dignidade da pessoa humana, obedecendo o mandato de Jesus que nos manda trabalhar "para que todos tenham vida e vida em abundância". E

quem são seus algozes? De onde eles vêm? O que fazem em defesa da vida e dos povos amazônidas? Visam o bem comum ou o enriquecimento próprio a qualquer custo?

Lembremos que no ano de 2007, a Campanha da Fraternidade da nossa Igreja Católica será Fraternidade e Amazônia: Vida e Missão Neste Chão, portanto, nós, filhas e filhos de Deus, temos o compromisso de sermos multiplicadores da prática da Justiça, da Verdade e da Paz e de defendermos as pessoas que corajosamente colocam a sua vida a serviço daqueles e daquelas que são ultrajados na sua dignidade humana. Devemos lutar pelo Reino de Deus, recebemos esse mandato de Jesus Cristo, que foi perseguido, assassinado e condenado à cruz ao pregar o Plano de Deus, defendendo os pobres e oprimidos, Ele mesmo alertou seus discípulos diante das ameaças, dizendo: "Cuidado com os homens porque Eles vos entregarão aos tribunais e vos açoitarão nas suas sinagogas. Vós sereis levados diante de governantes e reis por minha causa, para dar testemunho de mim diante deles e das nações" (Mt 10,17-18).

Queremos manifestar o nosso total apoio e solidariedade ao Dom Erwin e tantos outros e outras que estão sendo atacados de forma injusta pelos perseguidores da prática do Bem porque contraria os seus egoísticos propósitos de enriquecimento.

Exigimos das autoridades competentes as providências devidas para os autores das ameaças e campanhas difamatórias, além de prosseguir na condenação daqueles que tiveram a cruel ousadia de assassinar Ir. Dorothy, Bartolomeu Morais da Silva – o Brasília, José Dutra da Costa – o Dezinho, Ademir Alfeu Federicci – Dema, e tantos outros e outras defensores dos Direitos Humanos e da vida na Amazônia.

Belém, 14 de outubro de 2006.

Entidades, Pastorais e participantes do encontro da CF 2007:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;

Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB;

Associação Amazônica de Ciências Humanas e Religião – ACER;

Conselho Indigenista Missionário – CIMI;

Comissão Verbita Justiça, Paz e Integridade da Criação – JUPIC;

Missionários do Preciosíssimo Sangue;

Missionários do Verbo Divino;

Instituto de Pastoral Regional;

Paróquia de Santa Cruz;

Associação da Educação Católica – AEC;

Congregação das Irmãs de Maria Menina;

Congregação das Irmãs de Santa Terezinha;

Congregação dos Missionários Xaverianos;

Comissão Justiça e Paz – CJP;

Comissão Pastoral da Terra Regional Pará – CPT;

Cáritas Brasileira;

Comitê Dorothy;

Pastoral do Menor;

Comissão de Direitos Humanos da OAB – sub-secção Santarém;

Comissão de Direitos Humanos da OAB;

Pastoral da Comunicação Belém – PASCOM;

Comissão Regional do Laicato – CRL;

COMIRE;

Catequese;

Pastoral da Juventude;

Pastoral da Criança;

Pastoral Social de Santarém;

Pastorais Sociais do Regional Norte II.

Os primeiros jesuítas: mística, companheirismo e missão

PE. LUIS QUEVEDO, SJ

A Companhia de Jesus celebrou, no ano 2006, três importantes jubileus: No dia 31 de julho, completaram-se 450 anos da morte de Santo Inácio de Loyola. E, em abril, celebrou-se o 5º Centenário do nascimento dos dois primeiros companheiros de Inácio, o Beato Pedro Fabro (1506-1542) e São Francisco Xavier (1506-1552). Este último Centenário foi celebrado, também, pela família xaveriana.

Neste artigo, resumiremos a vida dos três primeiros jesuítas, visando ao que esses três homens do século XVI podem ensinar a quantos, no início do século XXI, professamos o seguimento de Jesus.¹

1. Inácio de Loyola e a experiência de Deus

O peregrino do absoluto

Seu nome era Iñigo (pronuncia-se *Ínhigo*) López de Loyola, nome que ele

mudou para *Ignatius* (Inácio), por ser mais universal. Era o filho caçula de uma família nobre do país basco, perdeu cedo os pais e passou sua juventude em casa do “contador maior” (ministro da Fazenda) de Castilha. Ao cair em desgraça o seu protetor, serviu como cavaleiro (“gentil-homem”) ao duque de Nájera, vice-rei de Navarra. Não foi militar, mas participou de lutas armadas, em favor do seu senhor. Em uma delas, na cidade de Pamplona, uma bala de canhão quebrou-lhe uma perna e lhe feriu a outra. Era o dia 20 de maio de 1521. Até essa data, Iñigo foi homem entregue às vaidades do mundo.

Durante a convalescença, em Loyola, Iñigo pediu livros de cavalaria, para entreter-se, mas deram-lhe a *Vida de Cristo* do cartuxo Ludolfo de Saxônia e a *Legenda Áurea* (Vidas dos Santos) do dominicano Jacopo de Varazze. A leitura e a re-

1. Para as origens da Companhia de Jesus: Ignacio Echániz, SJ, *Pasión y gloria*. Tomo 1: Primavera y verano. Bilbao: Mensajero, 2000 (Tradução portuguesa em preparação pelas Edições Loyola). Sobre Inácio, Fabro e Xavier, veja-se o site dos jesuítas espanhóis: www.jesuitas.es.

flexão provocaram em Iñigo um processo de “discernimento dos espíritos”: Os pensamentos mundanos davam-lhe gosto momentâneo, mas depois o deixavam árido e descontente; já o pensamento de seguir o exemplo dos santos, não só o consolava no momento, mas o deixava contente e alegre. Decidiu, então, mudar de vida, peregrinar a Jerusalém e dedicar-se à oração e à penitência.

Iñigo saiu de Loyola, fez voto de castidade no santuário mariano de Aránzazu e confissão geral dos seus pecados na abadia beneditina de Montserrat. Ali deixou suas armas de cavaleiro, trocou suas roupas com as de um pobre e retirou-se à vila de Manresa, onde passou onze meses decisivos. No início, experimentou tranquilidade espiritual; depois, dúvidas e escrúpulos, até com tentações de suicídio; por último, grandes consolações e experiências místicas (a maior de todas à beira do rio Cardoner, onde Deus lhe deu a entender muitas coisas).

De Manresa, Iñigo saiu feito um homem novo, com muita convicção e firmeza na sua fé. Então, começou a anotar as coisas que o tinham ajudado, com o propósito de ajudar outras pessoas. Tal foi a origem do livro dos *Exercícios Espirituais* (EE), que Inácio terminaria de escrever em Paris.

Depois de passar a Páscoa do ano 1523 em Roma, “o peregrino” – como Inácio se chama na sua *Autobiografia* – viajou a Veneza e embarcou, sem dinheiro, para Jerusalém. O superior dos franciscanos da Terra Santa não permitiu que ele ficasse em Jerusalém, como era seu desejo. Iñigo obedeceu e retornou a Veneza e Barcelona. Pensou muito no que fazer da sua vida.

Poderia dedicar-se à pura contemplação, pois admirava a vida dos cartuxos, mas acabou decidindo estudar, para “ajudar às almas”. Aos 33 anos, começou a estudar a gramática latina, junto com as crianças. Quando sentava para estudar, vinham-lhe grandes “consolações espirituais”, que lhe estorvavam o estudo. Compreendeu, logo, que se tratava de tentação do “mau espírito”. No estudo, Iñigo foi prejudicado, também, pelo seu zelo apostólico, que o impulsionava a manter conversas espirituais com as pessoas. Chegou a reunir alguns companheiros, que o acompanharão na sua ida às Universidades de Alcalá e de Salamanca, mas não a Paris.

Em Alcalá de Henares, Iñigo começou a orientar algumas pessoas, dando-lhes os *Exercícios*. Isso e o estranho modo de se vestirem, ele e seus companheiros, chamaram a atenção das autoridades religiosas, numa época em que pululavam as heresias e o falso misticismo. Em Alcalá, Iñigo sofreu três processos da Inquisição, passou quarenta e dois dias na cadeia e foi proibido de ensinar, enquanto não tivesse estudado teologia.

Transferindo-se à Universidade de Salamanca, Iñigo e seus companheiros continuaram despertando as suspeitas dos inquisidores. Ele passou mais vinte e dois dias na cadeia, enquanto um bacharel examinava os “papéis” dos EE. Finalmente, concluiu-se que não havia erro neles, mas Iñigo e seus companheiros foram proibidos de dizer o que era pecado mortal ou venial, enquanto não tivessem estudado quatro anos de teologia. Vendo que na Espanha se lhe fechavam as portas para o apostolado, decidiu, contra o pare-

cer de todos, ir a Paris. Desta vez, foi "sozinho e a pé".²

O peregrino chegou a Paris, no dia 2 de fevereiro de 1528. Em vista do pouco proveito obtido nos seus estudos anteriores, teve que repetir as "humanidades", base imprescindível para a filosofia e a teologia. Para sustentar-se, viajava aos Países Baixos, onde ganhava esmolas dos comerciantes espanhóis. Com isso, ajudava também outros estudantes. Em Paris, intensificou suas conversas espirituais, dando os Exercícios a três estudantes, que mudaram totalmente suas vidas. Isso provocou nova denúncia à Inquisição e a ameaça do reitor do Colégio, de castigá-lo.

Durante o curso de filosofia, no colégio de Santa Bárbara, Inácio dividiu o quarto com dois excelentes companheiros: o saboiano Pedro Fabro e o navarro Francisco Xavier. A Providência reuniu três santos no mesmo quarto, que eles apelidaram de "o paraíso".

A mística inaciana:

Uma imagem estereotipada de Santo Inácio apresenta-o como um homem duro, pregador da "obediência cega", da "abnegação" e de outras virtudes ascéticas que, hoje, atraem a poucos. No entanto, em um recente Congresso Internacional sobre "História e Atualidade dos Exercícios Espirituais" (Loyola, 20-26 de agosto de 2006), uma teóloga austríaca dizia-me que, fazendo tese doutoral sobre Santo Inácio, tinha descoberto a suavidade do fundador dos

jesuítas. É a suavidade do Espírito, bem conhecida dos místicos.

Inácio de Loyola foi um místico, isto é, uma pessoa que fez uma experiência imediata de Deus. As páginas que conservamos do seu *Diário Espiritual* nos revelam um contemplativo. Mas a mística de Inácio não é uma "mística sponsal", como a dos grandes místicos do Carmelo. A mística inaciana é uma "mística de serviço", que nasce do amor apaixonado a Jesus Cristo e à sua Igreja.

Antes de ser um grande líder, responsável pela criação e expansão de uma ordem religiosa, Inácio foi um humilde buscador da vontade de Deus. Chegou a ter tal familiaridade com o Senhor que, quando tinha que decidir algum ponto das *Constituições da Companhia de Jesus*, consultava a Deus, na oração e na celebração da eucaristia.

Além do tempo dedicado à oração, Inácio praticava e recomendava o exercício de "buscar a Deus em todas as coisas". Um dos seus colaboradores imediatos, Jerônimo Nadal, o definiu como um "contemplativo na ação". A expressão fez fortuna e, hoje, a repetimos com excessiva rapidez, enfatizando mais a ação do que a contemplação.

Para Santo Inácio, a prioridade do companheiro de Jesus deveria ser "ter sempre diante dos olhos, primeiramente a Deus".³ Ele estava convencido de que, para manter e desenvolver a Companhia, "os meios que unem o instrumento com Deus" vencem em eficácia "os meios humanos ou os adquiridos com o próprio esforço", embora também estes últimos devam se cultivar cuidadosamente.⁴

² Cf. J. Ignacio Tellechea Idígoras, *Inácio de Loyola, sozinho e a pé*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

³ Cf. "Fórmula do Instituto da Companhia de Jesus", *Itaici*, n. 3 (julho 1990), 16-19.

⁴ *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Loyola, 2004, n. 813-814.

Santa Teresa dizia que, “nestes tempos, são mister amigos fortes de Deus que sustentem os fracos”.⁵ A expressão pode aplicar-se àqueles “padres da Companhia”, que trouxeram muita paz ao espírito da reformadora do Carmelo. Amigos fortes de Deus foram Inácio de Loyola, Pedro Fabro e Francisco Xavier.

Viajando com dois companheiros de Veneza a Roma, Inácio teve uma experiência mística, que o confirmou na certeza de que Deus lhes seria propício na cidade santa. Na capela de *La Storta*, a 16 quilômetros de Roma, enquanto fazia oração, Inácio viu claramente que Deus Pai o punha com seu Filho: “parecia-lhe ver a Cristo carregando a cruz e ao Pai que lhe dizia: ‘Eu quero que tomes este como servidor teu’. Jesus o tomava e lhe dizia: ‘Eu quero que tu nos sirvas’”.⁶ A graça de *La Storta* marcou, não só a vida pessoal de Inácio de Loyola, como também o carisma da Companhia de Jesus e a espiritualidade dos Exercícios. Nestes, destacam-se as idéias do “serviço divino” e do seguimento de Jesus.

2. Pedro Fabro e o companheirismo:

*Um santo pouco conhecido*⁷

Pedro Fabro nasceu em Villaret, na Sabóia francesa, no dia 13 de abril de 1506. Filho de camponeses, na sua infância tra-

balhou como pastor de ovelhas. Aos seis anos, ensinava a outros pequenos pastores as orações que tinha aprendido de sua mãe. Aos doze, prometeu a Deus conservar-se casto.

Pedro teve que insistir muito com seus pais, até que o deixaram estudar. Em 1525, ingressou no Colégio de Santa Bárbara, da Universidade de Paris. Lá, Fabro encontrou-se com Francisco Xavier, da mesma idade mas de temperamento oposto. Aos 19 anos, Xavier era um jovem aberto, impetuoso, bom esportista e com confiança em si mesmo. Pedro Fabro, pelo contrário, era reservado, introspectivo, escrupuloso e inseguro quanto ao seu futuro. Ambos, porém, tornaram-se amigos. Anos depois, acolheriam no mesmo quarto um companheiro mais idoso, que mancava um pouco de uma perna. Iñigo de Loyola ganhou, de imediato, a amizade de Fabro. Este o ajudou nos estudos, e Inácio libertou o jovem saboiano dos seus escrúpulos e o entusiasmou com um projeto de vida radical: “servir a nosso Senhor, deixando todas as coisas do mundo”, pregar “em pobreza”, peregrinar a Jerusalém, seguir os passos de Jesus. “Compartilhávamos a mesma mesa e a mesma bolsa”, escreve Fabro, no seu *Memorial*.⁸ Outros jovens se sentirão atraídos pelo mesmo ideal e se unirão aos três primeiros companheiros: os espanhóis Diego

⁵ Santa Teresa de Jesus, *Obras completas*. Madrid: BAC, 1976, 74: Vida, 15,5.

⁶ *O relato do peregrino*. Nova edição da *Autobiografia de Santo Inácio de Loyola*. Trad. R. Piava, SJ. São Paulo: Loyola, 2006 (“Escritos de Santo Inácio”), n. 96; cf. também o testemunho de Laínez, em MHSI, *Fontes Narrativae*, II, 133.

⁷ Cf. John W. Padberg, “A Saint Too Little Known”, *America*, July 17-14, 2006. Chamamos “santo” a Fabro em sentido amplo; oficialmente, é apenas “beato”.

⁸ *Memorial do Beato Pedro Fabro*. Tradução, introdução e notas: Pe. Armando Cardoso, SJ. São Paulo: Loyola, 1995.

Laínez, Alfonso Salmerón e Nicolás Bobadilla e o português Simão Rodrigues, que seria o primeiro Provincial da Companhia em Portugal.

Pedro Fabro foi o primeiro jesuíta a receber a ordem do presbiterato. No dia 15 de agosto de 1534, na capela da colina de Montmartre, presidiu a Eucaristia em que o grupo fez seus primeiros votos de pobreza, de castidade e de ida em peregrinação à Terra Santa. Se este último não fosse possível, colocar-se-iam à disposição do Papa, para serem enviados a qualquer parte do mundo. Tendo obtido todos o título de Mestres em Artes (= filosofia), continuaram estudando a teologia. Inácio, porém, teve que interromper o estudo, por motivos de saúde, e retornar à Espanha, mas marcou encontro com os companheiros, em Veneza, ao término dos estudos.

Fabro ficou em Paris, à frente do grupo. Na ausência de Inácio, era considerado "o irmão maior de todos". Tinha sido o primeiro do grupo a quem Inácio dera os Exercícios, tornando-se mestre na arte de orientá-los. Prova disso é que trouxe ao grupo um amigo da infância (Cláudio Jayo) e mais dois sacerdotes, a quem dera os EE (Pascasio Broet e João Coduri).

No final do ano 1536, os nove companheiros de Inácio viajam juntos de Paris a Veneza. Atravessam os Alpes, a pé, no maior frio do inverno. Há guerra entre Espanha e França e divisão religiosa na Alemanha e na Suíça. "De todos os perigos o Senhor nos libertou amorosamente", escreve Fabro.

No dia 8 de janeiro de 1537, os companheiros chegam a Veneza e encontram Inácio, que tinha completado seus estudos de teologia e continuava com seu apostolado de conversas espirituais. Assim, ganhou a

adesão ao grupo de um sacerdote espanhol, a quem dera os Exercícios, Diego de Hoces, que virá a falecer antes da aprovação da Companhia.

Em Veneza, o grupo de "amigos no Senhor", como Inácio os chama em uma carta, não pode cumprir o voto de peregrinar a Jerusalém, por causa da ameaça de guerra contra os turcos. Dirigem-se, então, a Roma, para colocar-se às ordens do Papa Paulo III, que os acolhe favoravelmente e lhes concede serem ordenados como "padres pobres". Preparam-se, durante 40 dias, dedicando-se à oração. Inácio e Fabro, junto com Laínez, retiram-se a um mosteiro abandonado, perto de Vicenza. Depois, pregam nas praças públicas.

Na quaresma de 1539, Inácio e seus companheiros fizeram uma deliberação comunitária. Durante o dia, trabalhavam nos ministérios quaresmais; à noite, reuniam-se e deliberavam sobre se deviam permanecer independentes, obedecendo unicamente ao Papa, ou eleger um superior e prestar-lhe obediência. Decidiram em favor desta segunda alternativa.

Dois anos depois, os companheiros elegeram Inácio, por unanimidade, primeiro superior geral da Companhia de Jesus. Inácio recusou e só aceitou, depois de pedir o parecer do seu confessor, a quem manifestou todas as suas misérias. No dia 22 de abril de 1541, os seis companheiros que estavam ainda em Roma fizeram a sua profissão religiosa. A Companhia de Jesus tinha sido aprovada pelo Papa Paulo III, no dia 27 de setembro de 1540.

A graça do companheirismo

É de todos sabido que Inácio de Loyola dá grande importância à obediência religi-

osa. Menos conhecido é o fato de a obediência inaciana pressupor uma graça anterior, a graça do companheirismo ou da "união dos ânimos".

Inácio enfatizou a obediência, não apenas como virtude religiosa, mas como vínculo de união entre os membros da ordem, dispersos na "vinha do Senhor", e como meio de eficácia apostólica. Desde os tempos apostólicos, quando "a multidão dos fiéis tinha um só coração e uma só alma" (At 4,32), a união fraterna atrai e dá credibilidade ao anúncio do Evangelho.

Deus concedeu a graça do companheirismo aos primeiros jesuítas e, de maneira especial, ao Beato Pedro Fabro, o primeiro e, na opinião de muitos, o mais amável dos companheiros de Inácio. Dele dizia Simão Rodrigues: "Tinha uma suavidade e graça especial para relacionar-se com as pessoas. Não sei como conseguia ganhar a amizade daqueles com quem tratava e atraí-los, com a suavidade da conversação, ao amor de Deus".

Quanto a São Francisco Xavier, nas suas cartas, não esconde o amor com que lembra de seus companheiros. Entre outras mostras de afeto, diz-lhes que pendurou no pescoço um relicário com as assinaturas de todos eles, recortadas de suas cartas. Para ele, Companhia de Jesus quer dizer "companhia de amor".

Depois do fundador, Fabro foi a pessoa chave na união do primeiro grupo de jesuítas. Por sua maestria na arte de conversar e de reconciliar as pessoas desavindas ou inimizadas, o Papa fez questão de que participasse dos difíceis colóquios entre cató-

licos e protestantes (as chamadas "dietas" de Worms e Ratisbona).

Não é verdade - como se tem dito - que a Companhia de Jesus nasceu para opôr-se à Reforma protestante. Nem nas bulas dos Papas, que aprovaram a ordem, nem nas próprias Constituições se fala do protestantismo. Mas os jesuítas fazem, até hoje, um voto de obediência especial ao Papa. Por obediência ao Papa, Fabro foi o primeiro jesuíta que entrou em contato com o luteranismo.

Em cartas a Inácio e a Laínez, Fabro dá sua opinião: os colóquios católico-protestantes não estavam dando certo porque as posições não eram imparciais. Em lugar de insultar e desqualificar os "hereges" é preciso amá-los sinceramente, para ganhar sua confiança, tratando com eles, familiarmente, daquelas coisas que nos unem (o patrimônio comum da fé cristã).⁹

Fiel ao seu carisma de homem afável e conciliador, Pedro Fabro reza por todos: "pelo imperador (Carlos V), pelo rei da França, pelo da Inglaterra, por Lutero, pelo turco...". Fabro era "amigo de todos", sem excluir ninguém. No seu tempo, foi um dom Luciano Mendes de Almeida.

Sua disponibilidade levou-o a percorrer muitas cidades da Europa: além de Worms e Ratisbona, trabalhou em Parma, Espira, Magúncia, onde conheceu o jovem Pedro Canísio, Colônia, Bonn, Antuérpia, Lovaina, onde conquista alguns jovens universitários, que entram na Companhia. Visita Portugal e Espanha, encontrando-se com Francisco de Borja. Retorna a Colônia e de novo volta a Portugal e a Espanha, sempre a pé.

⁹ Rogelio García Mateo, "Pedro Fabro, los luteranos y el diálogo ecuménico", *Manresa* 76 (2006), 239-251.

O Papa convoca-o para assistir ao Concílio de Trento. Fabro chega a Roma, extenuado por tantas viagens e afazeres, e morre no dia 1º de agosto de 1546. Pio IX o beatificou, em 1872.

Conhecendo as dificuldades da vida consagrada, em nossos dias, como não pedir a Deus suscite, no nosso meio, homens e mulheres como Pedro Fabro? Pessoas de discernimento, com o dom da escuta atenta do Espírito, pessoas que saibam intuir as necessidades dos companheiros(as) e consolá-los nas suas dificuldades.

João Paulo II chamou os(as) religiosos(as) de "especialistas em comunhão". Essa dimensão comunitária, ao longo da história, foi vivida de diversas formas. Simplificando, podemos citar, em primeiro lugar, as "comunidades de observância religiosa", algumas de tradição milenar, como as comunidades monásticas que seguem a admirável Regra beneditina. Depois, na Idade Média, surgiram as comunidades mendicantes, onde a realização pessoal e a comunhão fraterna têm a primazia. Por último, as ordens e congregações modernas buscam modelos de vida comunitária que tenham como objetivo prioritário a missão.

Trata-se de três modelos didáticos, que enfatizam um aspecto dominante, sem excluir os outros elementos essenciais de toda vida consagrada na Igreja. Feita essa ressalva, não há dúvida de que o terceiro modelo é o que melhor se adapta, não só à Companhia de Jesus, como a todo grupo

ou comunidade de espiritualidade inaciana. Em palavras do P. Pedro Arrupe, "A missão apostólica (é a) chave do carisma inaciano"¹⁰. Todavia, já nos começos, o P. Jerônimo Nadal verificou que uma das maiores motivações para entrar na Companhia era o afeto que os primeiros jesuítas tinham uns pelos outros.

3. Francisco Xavier e a missão.

*Um homem sem fronteiras*¹¹

Francisco de Xavier, filho caçula do doutor João de Jassu e da senhora Maria de Azpilcueta, tinha tudo para vencer na vida. De seus antecessores herdou a fortaleza física e a firmeza da fé. No castelo da família recebeu a primeira instrução. Orientado para a vida eclesiástica, aspirava a um lugar no cabido de Pamplona. Na Universidade de Paris, obteve o cargo de regente de Filosofia no Colégio de Beauvais.

Mesmo morando no mesmo quarto, Inácio teve mais dificuldade em conquistar a amizade de Xavier do que a de Fabro. Muitas coisas pareciam separar Iñigo e Xavier: a idade, o temperamento, as opções políticas das respectivas famílias... No começo, Xavier ria de Iñigo, mas este foi ganhando a estima do navarro, com favores externos e questionamentos internos: "Mestre Xavier, de que adianta a alguém ganhar o mundo inteiro, se vier a perder a sua alma?" (Cf. Lc 9,25).

Em 1537, chegou às mãos de Xavier uma carta do cabido da catedral de Pamplona,

¹⁰ Pedro Arrupe, *La identidad del jesuíta en nuestro tiempo*. Santander: Sal Terrae, 1981, 105-123.

¹¹ Luis González-Quevedo, *Francisco Xavier, um homem sem fronteiras*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1986 (Col. "Heróis", 49). Essa pequena biografia acaba de ser reeditada, como "Subsídio do Mês Missionário", acrescida de pistas de reflexão e roteiro para encontros: *A fé não tem fronteiras*. Brasília: Pontifícias Obras Missionárias - CNBB, 2006.

comunicando-lhe sua nomeação de cônego. Mas, nessa altura da sua vida, Xavier já tinha feito os *Exercícios Espirituais*, sob a orientação de Inácio, e estava determinado a “desejar e eleger mais injúrias com Cristo injuriado do que honras”. Nas cartas de Xavier desde o Oriente, lidas com fervor em toda a Europa, ecoarão as meditações dos Exercícios inacianos, centralizadas no amor a Cristo humilde e pobre.

Quanto mais humildes em Cristo se tornavam os companheiros, melhor conceito ganhavam do povo, dos reis e dos prelados. O rei dom João III pediu ao Papa o envio de seis jesuítas ao reino de Portugal e seus domínios. Inácio respondeu ao Embaixador que lhe transmitia o pedido: “E que deixa Vossa Senhoria para o resto do mundo?” Para Inácio, a Companhia de Jesus estava ao serviço da missão universal da Igreja.

Foi decidido o envio de dois companheiros (Nicolás Bobadilla e Simão Rodrigues) às Índias orientais. Aconteceu, porém, que Bobadilla ficou doente e Rodrigues foi retido em Portugal. Então, Inácio disse a Xavier: “Esta é a vossa empresa”. Xavier respondeu, na hora: “estou pronto!”.

No dia em que completava 35 anos de idade, Francisco Xavier saiu de Lisboa para a Índia, com o mandato do Papa de visitar todas as regiões e ilhas do oriente. Um funcionário do rei de Portugal o censurou, por não levar nem sequer um criado, para que lhe fizera a comida e lhe lavasse a roupa. Mas Xavier e seus companheiros tinham prometido pregar o Evangelho “em pobreza”.

A viagem até a Índia durou 13 meses de navegação, com tormentas e calmarias. Na difícil travessia, Xavier não poupou esfor-

ços para cuidar dos numerosos doentes. Graças a seus cuidados – testemunhou o médico da nave “Santiago”, em que Xavier viajava – morreram na viagem “apenas quarenta homens”.

Em Goa, capital lusitana do Oriente, havia já alguns sacerdotes portugueses e até um bispo franciscano, de quem Xavier se fez amigo e diante de quem fará sua profissão definitiva na Companhia de Jesus.

De Goa, Xavier viajou ao sul da Índia: à costa malabar da Pescaria e Cabo de Camorin (nos atuais Estados de Tamilnadu e Kerala) e à ilha de Ceilão (hoje, Sri Lanka). Lá, dedicou-se a evangelizar os paravas, pobres pescadores de pérolas da região. O cardeal Ivan Dias, prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos, em Roma, disse recentemente: «Eu estou aqui porque São Francisco Xavier batizou meus antepassados».

Depois de três anos na Índia, Xavier sentiu que Deus o chamava a “aquelas terras de Malaca”. Lá passará outros três anos, evangelizando as Ilhas Molucas (na atual Indonésia), onde estabeleceu florescentes comunidades cristãs. Na temível ilha do Moro, habitada por um povo que praticava o canibalismo, o Senhor lhe deu grandes consolações.

Em Malaca, Francisco Xavier ouviu falar, por primeira vez, do Japão e da China. Se esses dois grandes impérios se converterem ao cristianismo, toda a Ásia abriria suas portas ao Cristo. Xavier regressa a Goa e escreve: “Eu não deixaria de ir ao Japão, pelo muito que tenho sentido dentro da minha alma, ainda que tivesse por certo que me havia de ver nos maiores perigos em que jamais me vi, porquanto tenho muita grande esperança em Deus Nosso

Senhor de que, naquelas partes, se há-de acrescentar muito a nossa santa fé".¹²

O superior dos franciscanos, que admirava Xavier, escrevia: "Mestre Francisco vai ao Japão. Não sei se estará certo". Os próprios jesuítas achavam que o seu superior deveria viajar menos e cuidar mais da missão da Índia. Mas Xavier dizia: "havemos de ser peregrinos, para ir a todas as partes onde mais podemos servir a Deus Nosso Senhor".¹³

Acompanhado de dois jesuítas espanhóis e três leigos japoneses, Xavier embarca em um navio mercante de um comerciante chinês, a quem os portugueses apelidaram de "o pirata". A viagem foi terrível, não só pelas tempestades do mar da China, mas pela inconstância e superstição da tripulação.

No dia 15 de agosto de 1549, Xavier e seus companheiros desembarcam no Japão. São os primeiros missionários cristãos a pisar terra japonesa. Inicialmente, são bem recebidos, mas logo encontrarão não poucas dificuldades: Xavier não domina a língua japonesa; o seu intérprete não encontra os termos apropriados para expressar as verdades fundamentais do cristianismo; os bonzos budistas mostram-se hostis, as crianças atiram-lhe pedras, os adultos riem dele... Em três anos de penoso trabalho, Xavier iniciou um diálogo inter-religioso e cultural com os japoneses. O número de batizados será bem menor do que na Índia ou nas Molucas, mas o zelo do missi-

onário não decai: "Grandíssima esperança tenho em Deus Nosso Senhor que se há-de abrir caminho, não somente para os Irmãos da Companhia, mas para todas as Religiões (= Institutos religiosos), convertendo grande número de pessoas ao caminho da verdade".¹⁴

Retornando mais uma vez a Goa, Xavier embarca em um navio português, com o audacioso propósito de penetrar no império chinês, absolutamente fechado aos estrangeiros. Quem conseguisse entrar na China seria condenado à prisão perpétua em desumanos calabouços. Xavier esperava poder entrar com uma embaixada oficial dos portugueses, interessados em fazer comércio com os chineses, mas a inveja do capitão do mar Álvaro de Ataíde frustra o empreendimento.

Confiando unicamente em Deus, Xavier chega à ilha de Sancião, na costa chinesa. Combina com um comerciante e um capitão chineses a viagem ao continente, mas eles não cumprem o prometido. Um companheiro jesuíta e o intérprete chinês desistem de acompanhá-lo. O inverno se aproxima e o acampamento dos comerciantes portugueses é desmontado. Xavier fica doente, sozinho, com dois pobres nativos, um indiano e um chinês. O indiano, assustado, foge. Ao seu lado fica apenas o chinês Antônio, que o ouve rezar em latim e delirar em idioma desconhecido, talvez a língua basca de sua infância.

Francisco Xavier morreu no sábado 3 de dezembro de 1552. Seu corpo incorrupto

¹² São Francisco Xavier, *Obras Completas*. Braga-São Paulo: Editorial A.O.-Loyola, 2006, p. 386 e 396: Cartas ao Padre Inácio de Loyola, 12 e 14 de janeiro de 1549.

¹³ Id., ib., 233-234. Carta ao P. Francisco Mansilhas, 7 de abril de 1545.

¹⁴ Id., ib., 575. Aos seus companheiros da Europa, 29 de janeiro de 1552.

foi levado a Malaca e Goa, onde é venerado até o dia de hoje. A notícia da morte de Xavier demorou mais de um ano para chegar a Roma. Poucos anos depois, na madrugada do dia 31 de janeiro de 1556, viria a falecer, em Roma, Inácio de Loyola.

O Papa Gregório XV canonizou Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier, junto com Santa Teresa de Jesus, São Isidro Lavrador e São Filipe Neri, no dia 12 de março de 1622. Pio XI declarou Inácio padroeiro dos *Exercícios Espirituais* e das obras que os promovem, e Xavier, padroeiro das missões, junto com Santa Teresinha de Lisieux.

Uma missão do tamanho do mundo

Nos últimos 15 anos de sua vida, Inácio de Loyola, salvo brevíssimas saídas, permaneceu em Roma, coordenando a ação missionária dos companheiros em todo o mundo. Homem de ação, estruturou a Companhia de Jesus de uma maneira nova, contrastante com a mentalidade religiosa da época. Para dar à Companhia mais mobilidade e disponibilidade para a missão, não quis que houvesse nela hábito próprio, nem penitências por regra, nem reza comum em coro, nem tempos determinados de oração, para os jesuítas formados. Tampouco admitiu "dignidades eclesiásticas", nem civis.

Como superior geral da ordem, Inácio dirigiu seus companheiros com prudência e discrição. Por exemplo: ao dar uma ordem para a Índia, fez a ressalva: "se outro não for, lá, o parecer do mestre Francisco". Amava todos os jesuítas com amor de pai e

todos se sentiam amados por ele. No final de sua vida, sabia o nome de cada um dos mil membros da Companhia.

Em 1549, foi enviada a primeira expedição de missionários jesuítas ao Brasil, sob a liderança do P. Manuel da Nóbrega. Na terceira expedição, em 1553, chegou o jovem noviço José de Anchieta, que viria a ser chamado "o apóstolo do Brasil" e seria beatificado por João Paulo II.

São Francisco Xavier é o protótipo do missionário dos tempos modernos. Aparentemente, seus projetos de cristianizar o continente asiático fracassaram. Mas sua entrega à missão desperta, até hoje, a admiração de cristãos e não cristãos. Xavier morreu sozinho na inóspita ilha de Sancião, mas seu exemplo continua suscitando vocações missionárias.

A Índia é hoje o país que conta com maior número de jesuítas. A proibição do cristianismo no Japão, no final do século XVI, produziu mártires, tanto jesuítas como franciscanos e cristãos leigos. No começo do século XX, a Companhia voltou ao Japão, onde sustenta uma presença importante. Quanto à China continental continua sendo um grande desafio para a Igreja atual.

No mesmo ano em que Xavier morria, nascia Mateus Ricci, figura emblemática da inculturação do cristianismo na cultura chinesa. Ricci aprendeu a falar e a escrever a língua chinesa com elegância, entrou na Cidade Proibida (*Beijing*, Pequim), e foi respeitado pelos chineses como "o sábio do Ocidente". Hoje, Mateus Ricci é exaltado, não apenas pela Santa Sé (que na época o censurou), mas pelo próprio governo comunista da China continental.¹⁵

¹⁵ Cf. Luis González-Quevedo, "Mateus Ricci: Um pioneiro da inculturação", *Itaici*, n. 49 (set.2002), 77-83.

Os projetos missionários de Inácio e seus primeiros companheiros, nem sempre foram bem sucedidos. A missão na Etiópia, programada com o maior empenho por Inácio, acabou no maior fracasso. Até hoje, apesar da presença de diversas congregações missionárias e da ajuda humanitária internacional, Etiópia é um dos países mais pobres do planeta.

A missão tem sido, nas últimas décadas, o centro da reflexão e da ação da vida consagrada, notadamente na América Latina. Esse conceito tem sido compreendido de maneira cada vez mais ampla. Tradicionalmente, entendia-se por missão o anúncio do Evangelho em terras distantes (a chamada "missão *ad gentes*"). Daí passamos a chamar de "missões" as diversas tarefas apostólicas em que se concretiza a missão evangelizadora.¹⁶ Finalmente, hoje, chegamos a incluir no conceito de missão tudo o que fazemos por amor de Cristo, tudo o que padecemos com Ele e por Ele, para a redenção do mundo.

João Paulo II, na sua Carta Apostólica pós-sinodal *Vita consecrata* escreveu: "a missão, antes de ser caracterizada pelas obras externas, define-se pelo tornar presente o próprio Cristo no mundo, por meio do testemunho pessoal. Este é o desafio, a tarefa primária da Vida Consagrada!"¹⁷

O conceito inaciano do *magis* (em latim, "mais") não deve ser entendido no sentido triunfalista de "o mais alto", "o

melhor", etc., mas no sentido do "terceiro grau de humildade" ou de amizade com Jesus:¹⁸ sendo de igual louvor e glória de Deus, para assemelhar-me *mais* a Cristo Nosso Senhor, "quero e escolho *mais* pobreza com Cristo pobre do que riquezas; *mais* injúrias com Cristo injuriado do que honras. E também desejo ser considerado inútil e louco por Cristo, que primeiro foi tido por tal, antes de ser tido por sábio e prudente neste mundo" (EE 167). Este é o cume dos *Exercícios Espirituais*.

No sentido amplo e mais profundo de missão, toda vocação cristã é necessariamente missionária. Todo cristão é chamado a evangelizar, testemunhando no mundo a presença de Jesus Cristo. Todos somos corresponsáveis pelo anúncio explícito e pelo testemunho da fé, da esperança e da caridade. Todavia, os membros dos Institutos de vida consagrada, os religiosos e as religiosas, são chamados a radicalizar essa dimensão missionária. "Hoje, os consagrados e as consagradas têm a tarefa de ser testemunhas da presença transfiguradora de Deus num mundo cada vez mais desorientado e confuso".¹⁹

Ao evocar a vida dos três primeiros jesuítas, mais do que exaltar o exemplo de um passado irrepetível, queremos suscitar no leitor de hoje o desejo de viver as características essenciais da vida consagrada – experiência de Deus, comunidade fraterna e serviço missionário –, com a genero-

¹⁶ Cf. José Antônio Netto de Oliveira, SJ, "Formação para a missão", em: *Reflexões sobre a formação*. São Paulo: Loyola, 2003, 49-74 (Col. "Leituras e releituras", n. 13).

¹⁷ João Paulo II, *Exortação Apostólica pós-sinodal Vita Consecrata* (1996), n. 72.

¹⁸ Cf. Carlos Rafael Cabarrús, SJ, "O Magis Inaciano, impulso para que a humanidade viva", *Itaici*, n. 56 (junho 2004) 27-49.

¹⁹ Bento XVI, aos superiores e superiores gerais, *L'Osservatore romano*, 27 de maio de 2006, p.5.

cidade com que Inácio de Loyola, Pedro Fabro e Francisco Xavier as viveram no século XVI.

O próprio Inácio conta na sua *Autobiografia* que, ao ler os exemplos da vida dos santos, dizia de si para si: "E se eu fizesse isto que praticou São Francisco? Ou isto que São Domingos realizou?"²⁰ E, no livro dos *Exercícios Espirituais*, recomenda a leitura de alguns trechos de vidas de santos (EE 100).

Na experiência espiritual dos primeiros jesuítas, encontramos a graça fundante dos *Exercícios Espirituais*, cujo método conti-

nua a ser fonte de inspiração e de vitalidade espiritual para muitas pessoas. Todavia, vale lembrar que Inácio só deu os Exercícios a seus primeiros companheiros, quando sentiu que estavam preparados para tanto. A Xavier só o admitiu à experiência integral dos mesmos, depois de conviver com ele cinco anos.

Luís González-Quevedo é padre jesuíta, membro do Centro de Espiritualidade Inaciana de Itaici e redator da revista *Itaici*.

Endereço do autor:

Vila Kostka - Itaici

Caixa Postal: 9

13330-970 Indaiatuba - SP

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Que traços do perfil espiritual de Inácio de Loyola você considera mais significativos no contexto da época em que viveu o santo? E hoje?
- 2- Como a figura de Francisco Xavier pode interpelar e questionar a Vida Religiosa hoje, sobretudo os jovens religiosos?
- 3- Partilhe com sua comunidade suas impressões sobre Pedro Fabro como pessoa de diálogo e de união de ânimos.

“Para Santo Inácio, a prioridade do companheiro de Jesus deveria ser “ter sempre diante dos olhos, primeiramente a Deus””

²⁰ *O relato do peregrino*, loc. cit., n. 7.

O Drama da fome como um apelo à Vida Religiosa

PE. MARTINHO LENZ, SJ

Introdução

O fato de haver no mundo 852 milhões de pessoas passando fome não pode deixar a ninguém indiferente. O drama da fome está presente também em milhões de lares brasileiros, de forma mais ou menos grave. Como reagimos diante dessa realidade atroz? O que se faz no mundo e no Brasil para enfrentar essa situação? Que fazemos como Igreja e como VR para reverter esse quadro?

Já o profeta Isaías percebeu que a fome é fruto de opressão e da falta de partilha. E que toda ação voltada a libertar o pobre da humilhação da fome e do preconceito será uma luz a iluminar a vida de quem assim procede, inundando de felicidade a vida dos pobres, restaurados em sua dignidade: *“Se tirares do teu meio toda espécie de opressão, o dedo que acusa e a conversa maligna, se entregares ao faminto o que mais gostarias de comer, matando a fome de um humilhado, então tua luz brilhará nas trevas e tua escuridão será igual ao meio dia”* (Is 58, 9-10).

Deixemos brilhar a luz de um amor generoso, pelas obras que Deus nos permite realizar, para a glorificação do Pai celeste (Cf. Mt 5, 16).

A Fome no Mundo

A fome e a desnutrição são a face mais atroz da pobreza e da miséria. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a

fome é o perigo número um para a saúde mundial, provocando a morte de mais pessoas que a AIDS, a malária e a tuberculose juntas. Cada cinco segundos morre uma criança por causa da fome. Em 54 países não se produz o suficiente para alimentar população, isso é, para produzir as 2.350 calorias diárias que, em média, uma pessoa precisa para se manter. Esses países em risco alimentar necessitam de assistência técnica e financeira. O que mais incomoda é saber que o conjunto das nações tem condições técnicas para alimentar todos os habitantes do mundo. O que falta é partilha e solidariedade.

O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - calcula que as necessidades de nutrição e saúde básicas das pessoas mais pobres do mundo poderiam ser cobertas com um gasto de 13 bilhões de dólares ao ano. Enquanto isso, os donos de animais domésticos nos EUA e na Europa gastam anualmente mais do que isso em ração.

Essas e outras razões levaram o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a TNT, Empresa Internacional de Logística, a organizar, nesses últimos três anos, a *Marcha Global contra a Fome*, um dia mundial se manifestações, denúncias e propostas. O objetivo é sensibilizar a opinião pública e recolher fundos para o combate à fome, especialmente a fome infantil. O PMA considera essa Marcha como parte dos esforços

da ONU para obter o primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que é “acabar com a fome e a miséria”. Em 2006, as Marchas ocorreram simultaneamente em 117 países, no dia 21 de maio. No Brasil, O PMA mobilizou duas cidades: Salvador da Bahia e Guarulhos, onde dezenas de milhares de crianças e adultos desfilaram e realizaram shows, com a cobertura da imprensa. As crianças de escolas públicas dessas duas cidades realizaram um concurso de redação sobre o tema da fome. O aluno vencedor e seu professor ganharam cada um uma passagem a Roma, onde irão conhecer o Programa Mundial de Alimentação. Entre as entidades organizadoras do evento estava o *Mutirão de Superação da Miséria e da Fome*, da CNBB (estive pessoalmente envolvido no planejamento dessa ação, em nome da CNBB). Naquele dia, em Roma, o Papa Bento XVI, em sua alocução dominical, abençoou a Marcha Mundial contra a Fome e pediu aos governos maior empenho na luta contra essa chaga social.

Analisando as causas da fome e da miséria

Por que tanta gente sofre de fome no mundo, quando não haveria necessidade de tanto sofrimento? O suíço Jean Ziegler, Relator Especial das Nações Unidas para o direito à alimentação, fez uma afirmação que nos põe na pista correta de análise: “A economia mundial poderia alimentar, sem problemas, 12 bilhões de pessoas. Isso significa que a criança que hoje morre de fome está sendo assassinada”. Miséria em meio à abundância, ou pior, a pobreza de muitos por causa da abundância e o desperdício de outros: isso é crime e deve mudar, na opinião de Ziegler.

A análise feita pelo Documento 69 da CNBB é contundente e muito atual: “As raízes da fome estão, especialmente, na distribuição iníqua da renda e das riquezas, que se concentram nas mãos de poucos, deixando na pobreza enormes contingentes populacionais nas periferias urbanas e nas áreas rurais. Essa concentração de renda e riqueza vem de longa data e segue uma lógica na qual o crescimento econômico do Brasil sempre aumenta a riqueza dos ricos, sem estender seus benefícios a quem não tem poder no mercado” (CNBB, *Exigências evangélicas e éticas de Superação da Miséria e da Fome*, 2002, n. 13). Em outros termos, o problema da fome é, basicamente, político e ético. Os problemas técnicos se resolveriam se houvesse vontade política e motivação ética para solucioná-los. O mundo vem sendo governado por uma lógica que põe o interesse dos donos do capital sobre qualquer outro interesse. Nessa lógica, o Estado não deve interferir na economia, os mercados devem “livremente” autoregular-se e regular tudo mais (na suposição ingênua de que hoje existem mercados “livres”, não sujeitos a distorções e manipulações).

No mesmo lugar do Documento 69 da CNBB lemos o seguinte: “A desregulamentação e flexibilização dos mercados vêm retirando do Estado sua função social e política, em prejuízo do seu dever de justa intervenção na economia e na redistribuição da renda. Entregue à lógica do jogo de concorrência que lhe é próprio, o mercado premia os fortes e pune os fracos, aumenta o desemprego e oferece remuneração tão baixa aos trabalhadores e à maioria dos aposentados que não lhes permite adquirir alimento para sua subsistência saudável”.

O mesmo documento ainda analisa as outras dimensões dessa lógica perversa: as altas taxas de juros, que enriquecem escandalosamente os donos do capital financeiro e estrangulam os investimentos voltados para a produção; os impostos excessivos, que gravam proporcionalmente mais sobre as baixas rendas que sobre as altas; a prática de políticas compensatórias pelos governos; o papel dos meios de comunicação, especialmente a televisão, que cria e reforça a mentalidade de que “o dinheiro é que traz felicidade”, mesmo atropelando os valores morais, vendendo sonhos de riqueza fácil até para os pobres.

Essa análise nos leva à conclusão de que a superação da fome e da miséria no Brasil “requer uma definitiva transformação dessa lógica do mercado, hoje mundializado”, uma transformação dos “hábitos e motivações pessoais marcados pelo consumismo e ambição de riquezas” (Doc. 69, n. 17). Estamos dispostos a assumir a luta contra a lógica do mercado? O que tem feito o governo no Brasil para combater miséria e fome? O que cabe à sociedade civil, à Igreja e, em especial, à VR, na transformação de mentes e corações e na superação do egoísmo e da exclusão social?

Enfrentando o desafio da fome

A luta contra a miséria e a fome está em andamento no Brasil, há algumas décadas. Recordemos a denúncia da fome como problema político feita por Josué da Castro, no seu livro “Geopolítica da Fome”, publicado em 1946; a Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida, lançada por Betinho em 1993 e a criação, na mesma ocasião, do primeiro CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). Esse teve vida

efêmera, sendo extinto no início do governo Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2003, a luta pela fome passou a ser uma prioridade de governo e uma política de Estado. Marco dessa nova visão do Governo Lula foi o Programa Fome Zero e a recriação do CONSEA, oficialmente instalado em 30 de janeiro de 2003. (Desde então sou membro desse Conselho no qual represento a CNBB). Esse conselho, formado por representantes da sociedade civil (dois terços) e do governo (um terço), tem a missão de acompanhar as políticas oficiais no combate à fome e fazer recomendações ao governo no sentido de avançar nessas políticas e de corrigir falhas e deficiências.

Numa comparação com seis outros programas similares na AL, feita pelo Banco Mundial, o Bolsa Família se apresenta como o programa mais amplo e mais bem focado nos pobres. Mas, por ter uma visão de “proteção social”, com o foco no “alívio da pobreza” e não na sua “erradicação”, tem grande dificuldade de promover a autonomização dos beneficiados. Há o risco de tornar-se uma aposentadoria precoce.

Uma avaliação feita em maio de 2006 (dois anos após a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Olinda, em 2004), revelou que houve uma redução do número de famintos no Brasil e que houve alguns avanços na inclusão social dos pobres. Mas mostrou também que não foi removido o maior entrave na superação da pobreza e da fome, que é a concentração de renda e riqueza e que não se mexeu no modelo econômico, que cada dia gera mais pobreza e exclusão. A política macro-econômica pouco mudou, os juros altos continuam ali-

mentando os lucros absurdos do capital financeiro, o modelo econômico continua altamente depredador dos recursos naturais, agressivo ao meio-ambiente e concentrador de bens. O superávit primário de 4,25% leva o Governo a realizar frequentes cortes no orçamento. Do ponto de vista ético (que não aparece na avaliação oficial), não mudou a mentalidade egoísta, concentradora, elitista e consumista. Outro problema sério são as distorções da Previdência Social, que, no ano de 2005, acumulou um déficit de R\$ 37,6 bilhões, em boa parte devido às altas pensões pagas a parte do funcionalismo público: 55% desses benefícios vão para os 20% mais ricos. Assim, se por um lado o Bolsa Família distribui renda aos mais pobres, os benefícios transferidos pela Previdência, em proporção bem maior, concentram renda, por serem altamente regressivos.

Avanços e desafios na luta contra a fome

As conquistas na luta contra a desnutrição e a fome aguda são importantes, não só porque elas viabilizam o atendimento de um direito humano básico, mas porque os pobres, quando passam a comer regularmente, têm mais condições de exercer o seu protagonismo na luta pela inclusão social e na busca da mudança de um modelo, cuja perversidade eles sentiram e sentem na própria pele.

Em 17 de maio de 2006, o IBGE publicou os resultados de uma pesquisa que mostra uma queda significativa no número de famintos no Brasil, em apenas dois anos da nova política de "combate à fome". Os dados dessa pesquisa são da PNAD de 2004 (Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios). Segundo esses dados, um total de 14 milhões de brasileiros, equivalente a 7,7% da população do país, vivem em situações classificadas de "insegurança alimentar grave". Passam fome, por absoluta falta de recursos para adquirir alimentos. Outros 40 milhões de brasileiros (22% da população), segundo a mesma pesquisa, se encontram em situação de "insegurança alimentar moderada ou leve", isto é, enfrentam limitação de acesso quantitativo a alimentos básicos. Comem, mas não o suficiente e não consomem os alimentos mais adequados à sua situação, idade e costumes alimentares. Esses dados, evidentemente, são aproximados, mas mostram um progresso em relação a 2002, quando o mesmo IBGE registrava 32 milhões de famintos no país.

A redução da fome mais aguda no Brasil se deve a um leque de políticas públicas, reunidas sobre a sigla do "Fome Zero", aproximadamente 80 programas e medidas, entre as quais sobressai o "Programa Bolsa Família" (PBF). Em fins de 2004, o PBF beneficiava 6,7 milhões de famílias. Em maio de 2006, o PBF chega a 9,1 milhões de famílias, e até o final deste ano deverá ser estendido a 11,1 milhões de famílias carentes. O valor médio pago por cartão é de 75,00 reais, variando entre 50 e 95,00 (anuncia-se um reajuste ainda em 2006). A esses programas se juntam dois outros, de cobertura nacional: o BPC – Benefício de Prestação Continuada, que paga um salário mínimo a pessoas desamparadas com mais de 65 anos de idade; a aposentadoria do INSS, verdadeira tábua de salvação de muitas famílias pobres, que dependem dessa renda dos idosos para sobreviver. Além disso, aumentaram os recursos de progra-

mas que influem diretamente na alimentação das crianças. O Programa de Alimentação Escolar, a tradicional Merenda Escolar, criada há 50 anos, atende a 38 milhões de crianças nas primeiras oito séries e que teve seu *per capita* aumentado nos últimos dois anos de Rs 0,13 a Rs 0,22, por criança por dia. O PRONAF, outro programa importante, de Apoio à Agricultura Familiar, multiplicou seus recursos, passando de 2,8 milhões em 2002-03 a 10 milhões em 2006-07.

Esses dados mostram que o combate à miséria e à fome é uma questão de decisão política. Com os defeitos e as limitações que esses programas revelam (desvios, não inclusão de todos os necessitados), uma coisa é certa: o governo passou a investir nos mais pobres, de maneira forte e consistente. O total desses dispêndios de transferência de renda atingiu, em 2005, a soma de Rs 21 bilhões. Na verdade, ainda é pouco, mas é certamente um grande avanço. Podemos dizer que os mais pobres ficaram um pouco menos pobres no Brasil e mais crianças passaram a freqüentar regularmente a escola (a freqüência às aulas é uma das condicionalidades do programa). Os pobres passaram a desfrutar de uma qualidade de vida melhor. Houve atenção às questões de gênero e etnia. Por exemplo, o dinheiro do Programa Bolsa Família vai diretamente às mãos da mulher e não do homem (92% dos cartões magnéticos do PBF têm como titular a mulher). Foi uma decisão acertada, pois uma pesquisa feita no Piauí mostrou que 98% do valor desses benefícios vai mesmo para a compra de alimentos (e não para cigarros ou cachaça). Há programas especiais de segurança alimentar para as populações quilombolas e para os povos indígenas.

Quais são os maiores desafios desses programas? São vários. Cito dois como mais importantes: a falta ou lentidão na aplicação de outros programas complementares, que levem as pessoas assistidas a saírem dessa dependência e a conquistarem sua autonomia; e os diversos desvios na execução dos programas de transferência de renda. Há gente que recebe sem precisar, há gente que precisa, mas não recebe. Às vezes a culpa é das Prefeituras, que, mesmo tendo assinado um termo de compromisso e de receberem recursos para fazer o cadastro, não cumprem o disposto nos regulamentos dos programas. Houve casos em que o Prefeito chamou os vereadores e deu a cada um uma "quota" de bolsas para distribuírem entre seus eleitores - uma flagrante violação das normas do programa, que não tem cor partidária. Em outros casos, por falta de documentação, os mais pobres ficaram de fora do Cadastro Único. Outro problema é a falta de informação da população em relação a seus direitos e deveres. E quando o povo sabe dos seus direitos, não sabe onde reclamá-los. Há ainda situações em que, por reclamarem, os cidadãos são tratados de forma arrogante, como se o funcionário encarregado ou o governo estivessem prestando um favor. Escreve Flávio Valente, Relator Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural, referindo-se ao descumprimento de políticas de Segurança Alimentar: "Esse quadro demonstra a inexistência, no país, de uma institucionalidade e cultura de Direitos Humanos".

Como fazer essa luta avançar mais

É urgente mudar toda uma mentalidade, que começa com o desconhecimento ou negação do direito humano à alimentação. O acesso a uma alimentação adequa-

da, em quantidade, qualidade e com regularidade, é um direito humano básico. Enquanto unido ao direito à vida, constitui o mais elementar dos direitos. O artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, no seu *caput*, assegura a “inviolabilidade do direito à vida”. Sem acesso seguro ao alimento, o direito à vida passa a ser ameaçado. A Constituição brasileira assegura diversos direitos sociais, alguns dos quais se relacionam com o direito à alimentação. “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Art. 6º). Tal forma não é de assistencialismo, mas de garantia a todos para que tenham assegurado o acesso aos meios necessários a uma vida digna. O direito à alimentação implica em obrigações correspondentes, que incumbem tanto ao indivíduo, como à comunidade, à sociedade e ao Estado.

Direitos e obrigações, sobretudo dos Estados, no tocante à segurança alimentar, estão claramente estabelecidos em diversos textos internacionais, especialmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da ONU (cf. artigos 3 e 25) e o artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do qual o Brasil é signatário (1966). Diz a Cláusula 11 desse Pacto: “os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito de qualquer pessoa a um nível de vida adequado para si e sua família, inclusive alimentação, vestuário e habitação adequados e uma melhoria contínua das condições de existência. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a efetividade deste direito, reconhecendo

para esse efeito a importância essencial da cooperação internacional fundamentada no livre consentimento”. A efetivação desses direitos recebeu um forte impulso com as “Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação”, documento aprovado pela FAO em 2004.

No contexto de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) cabem ao Estado quatro tipos de obrigações: a) *respeitar*: o Estado não deve tomar medidas políticas e outras que destruam o acesso das populações à alimentação; b) *proteger*: impedir que terceiros prejudiquem o acesso das pessoas à alimentação; c) *promover*: cabe ao Estado estabelecer estratégias que assegurem a todos, especialmente às populações vulneráveis, a satisfação por si mesmas, do direito à alimentação adequada; d) *prover*: sempre que as pessoas, como indivíduos ou em grupo, estiverem impossibilitados de usufruírem do direito à alimentação adequada, os Estados têm a obrigação de garantir a satisfação desse direito; esse dever se aplica também às pessoas vítimas de desastres naturais ou de outra natureza. Além desses deveres, cabe ao Estado “informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos de sua exigibilidade”. Esse dispositivo consta do Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), PL 6047/2005, que tramita no Congresso Nacional e que visa transformar políticas públicas de um governo em políticas de Estado. O projeto define princípios, diretrizes, objetivos e composição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e garante a participação da socie-

dade civil organizada na formulação e controle de políticas, planos e programas de ação nesse campo. Há uma intensa mobilização para que esse projeto de Lei, de 12 artigos, encaminhado ao Congresso em outubro de 2005, seja aprovado ainda no corrente ano de 2006.

O Estado brasileiro tem infringido frequentemente suas obrigações no campo da segurança alimentar. Para exemplificar, temos a situação de 350.000 atingidos por barragens que, organizados no MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), reclamam do Estado o cumprimento dos acordos feitos, "terra por terra" ou o pagamento de indenização justa (que garanta a subsistência no mesmo patamar de antes da desapropriação). Os problemas vêm se agravando com a terceirização da construção das barragens, quando a firma construtora, terminada a obra, abandona as famílias deslocadas pelo projeto, sem ter cumprido os termos do acordo de indenização.

Papel ativo da sociedade civil organizada

A ação da sociedade civil organizada é indispensável para a realização do direito humano à alimentação adequada e todos os outros direitos civis e sociais.

Aqui entram ou deveriam entrar, de cheio, as organizações de direitos humanos, as associações e cooperativas, as entidades de Igreja e as congregações religiosas.

Um papel fundamental reservado à sociedade civil é o exercício do controle social sobre as políticas públicas de SAN. Instrumentos principais nesse controle são os conselhos de direitos, os conselhos específicos de cada programa e, de forma mais ampla, a educação cidadã – a informação

segura sobre direitos e deveres e a motivação para o exercício pleno da cidadania, com a exigência de direitos e o cumprimento de deveres.

No caso do Bolsa Família, são três as condicionalidades do programa: que a família tenha os filhos matriculados e garanta a frequência escolar; que os membros da família tomem todas as vacinas requeridas; e que participem de cursos e capacitações que sejam oferecidos. Não é pouca coisa, para quem vive em extrema pobreza. Fique claro que essas condicionalidades não põem em questão o direito à alimentação, mas são ocasião de um processo de conscientização e motivação pedagógica.

O Bolsa Família exige das Prefeituras, que aderem ao Programa, a constituição de uma Comissão, no mínimo paritária (entre representantes da sociedade civil e do governo), que acompanhe e monitore a preparação do Cadastro e denuncie ao Ministério Público a ocorrência de eventuais irregularidades. Outro conselho importante é o da Alimentação Escolar, onde participam sobretudo pais de crianças e representantes de poder público e dos setores da sociedade envolvidos na gestão do programa. Para que os membros desses e de outros conselhos saibam cumprir adequadamente seu papel, é importante que eles sejam preparados para isso, por entidades habilitadas, como é a Rede de Educação Cidadã (o Talher), os CONSEAS estaduais e municipais e as entidades de direitos humanos.

O papel ativo da sociedade civil vai muito além do controle social das políticas públicas. Fundamental é a criação de portas de saída do Programa Bolsa Família, através de empreendimentos de Economia Solidária, da constituição de CONSADS (Con-

sócios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local), da formação de redes e articulações e da pressão sobre o governo para a realização das reformas necessárias, como a Reforma Agrária, Política e Fiscal.

Vou citar um exemplo promissor de fomento à economia solidária, em fase de implantação no Nordeste do Brasil. Trata-se do Programa de Apoio a Projetos Comunitários Produtivos, com Fundos Rotativos. Um dos 17 projetos financiados é das Cabras Leiteiras de Buíque, Pernambuco, conduzido pela Pastoral da Criança. As famílias recebem a cabra, sementes de forrageiras e orientação técnica. O dinheiro não retorna para o financiador (Banco do Nordeste do Brasil). Em troca, as famílias beneficiadas se comprometem de "devolver" o benefício, doando as duas primeiras crias fêmeas para um "Fundo" que vai beneficiar outras famílias. Parceiros desse projeto, além do BNB e da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego), são a Cáritas Brasileira, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Mutirão de Superação da Miséria e da Fome, da CNBB. O programa está em expansão.

No Programa de Projetos Comunitários Produtivos há diversas iniciativas apoiadas por Congregações Religiosas, como é o caso da COOPEAGRO, que reúne assentados de reforma agrária em Maragogi, AL, e é animado pela Associação das Irmãs Filhas do S. Coração de Jesus (www.cooperagro.com.br), projeto que tive ocasião de visitar.

Chamados a dar testemunho social

Sendo parte da sociedade civil, os membros da Igreja e da Vida Religiosa são cidadãos, com todos os direitos e deveres dos

demais cidadãos, também no campo da promoção da segurança alimentar e nutricional. Como cidadãos somos chamados a uma participação ativa. Ademais, temos o dom maravilhoso da fé, a facho luminoso da esperança e a força incrível do amor, derramado em nossos corações pela ação incessante do Espírito de Cristo em nós. Essa dimensão pode e deve fazer a diferença na nossa inserção social.

O Profeta Isaías convoca os seguidores de Javé à missão de matar a fome e sede dos admitidos ao banquete do novo Reino. Ele nos convida a discernir nossos engajamentos, para ver se não estamos insistindo em opções que não se afinam com o projeto de Deus, que não saciam a fome e a sede do povo. O Profeta pergunta: "Para que gastar dinheiro com coisas que não alimentam? Para que trabalhar tanto pelo que não mata a fome?" (Is 55, 2). O mesmo profeta aponta a chave da resposta. "Vinde procurar-me, ouvi-me e tereis vida nova" (Is 55,3). Nos tempos messiânicos da Nova Aliança, "não mais se ouvirá o soluçar do choro nem o suspirar dos gemidos. Não haverá ali crianças que só vivam alguns dias, pois será ainda jovem quem morrer com cem anos.(...) Meus escolhidos vão gozar do fruto do seu trabalho" (Is 55, 19-20; 22).

No centro da nossa missão social está a busca permanente de Deus, do Deus da vida, de uma vida nova e plena, um Deus cujo amor-justiça é a única comida que consegue saciar a fome do seu povo, fome não só do pão material. Nossa missão, adverte-nos Jesus, é sermos "sal da terra" e "luz do mundo". "Assim brilhe vossa luz..." (Mt 5, 13-16).

Como matar a fome dos nossos irmãos, como fazer brilhar nossa luz, promovendo

vida plena, saciando de verdade? Lembremos-nos que a caridade para com nosso próximo (a dimensão social), especialmente o serviço aos mais pobres, é um dever comum a todos, não só dos que trabalham especificamente em "obras sociais". Disso nos advertiu o Papa Bento XVI na sua encíclica sobre o amor cristão: a caridade social é um dever da Igreja, não algo opcional. Um dever não esporádico, um dever que não se cumpre dando algumas esmolas. É obrigação da Igreja – e nossa, dentro dela – engajar-nos de forma consistente, organizando o serviço da caridade, "como pressuposto para um serviço comunitário ordenado" (*Deus Caritas est*, nº 20, "a caridade como dever da Igreja"). Será uma ação de primeira linha, não um apêndice; algo planejado, não ações improvisadas. Para andarmos seguros, buscamos inspiração na Palavra de Deus ("eu tive fome, e me destes de comer, tive sede e me destes de beber", Mt 25, 35) e orientamo-nos pelos princípios da Doutrina Social da Igreja.

Nossa ação social é chamada a abrir-se à colaboração ecumênica e ao diálogo inter-religioso. Um exemplo nessa linha é o trabalho da Pastoral da Terra, que conta desde seus inícios com a presença, lado a lado, bispos, padres e pastores, leigos católicos e evangélicos. No CONSEA nacional, há representantes da CNBB e da Pastoral da Criança, como há pastores de Igrejas engajados nessa causa.

Nossa ação a serviço dos irmãos pobres

Nossa ação social no mundo deve brilhar, por pequena que seja essa luz, para que os que a virem, louvem o Pai celeste, por essa "coisa bem feita". Ações bonitas que aju-

dem a saciar a "fome" do povo, suas diversas fomes, e para que ninguém morra antes do tempo. Eis algumas dimensões dessa ação:

Discernimento: busquemos a vontade do Pai para cada um e para o nosso grupo ou Congregação. Esse discernimento se dará à luz de uma boa análise da situação e do lugar de nossa inserção. No centro estará a dimensão da fé, o Evangelho e seus critérios, a serem vividos e promovidos. Um discernimento que envolva todos, de forma participativa e responsável, na busca da união de corações, respeitando as diferenças.

Opção por um estilo de vida simples, de acordo com o Evangelho. Vivamos a boa nova de Jesus com simplicidade, sem luxos nem requintes, com partilha e o convívio fraterno, sobretudo através do exemplo. Cabem aqui as palavras de S. Francisco aos seus companheiros: "Preguem o Evangelho, se for preciso, também com palavras."

Projetos sociais das nossas obras (ou da Congregação): uma fonte de recursos muito comum hoje são os da filantropia. Como aplicá-los bem, de forma realmente criativa, superando o assistencialismo, visando a sustentabilidade ambiental, garantindo a continuidade? Se aplicamos os recursos em obras mantidas por nós, não deixemos de examinar os bons exemplos nesse campo, as coisas boas que outros estão fazendo; demos a conhecer as nossas ações e projetos, sobretudo se temos algo que está dando certo, que alimenta plenamente o povo, que acalme os soluços do choro da fome, que leva o povo a viver do seu trabalho.

Construindo parcerias: mesmo sendo nossa a responsabilidade principal na manutenção da obra, busquemos construir

relações de parceria e colaboração, na base de uma verdadeira partilha, em que há distribuição não só de ônus, mas de responsabilidades e de "benefícios".

Colaboração nos projetos de outros: é uma opção válida, por vezes a melhor, pois juntamos recursos e experiências, recursos muitas vezes escassos, sabendo que nosso pessoal anda sobrecarregado. O importante não é que nós tenhamos feito isso ou aquilo, mas que o bem se faça, mesmo que tenhamos sido apenas coadjuvantes numa obra comum.

Participação na formulação e controle de políticas públicas: é um campo que se ampliou muito, com a criação de programas como o Bolsa Família e os Benefícios de Prestação Continuada. Há urgências e necessidades: informação clara e orientação para os atuais e potenciais usuários desses benefícios sociais; capacitação dos membros de conselhos de políticas públicas: CONSEAs, Conselho da Alimentação Escolar, da Assistência Social, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, para apenas citar alguns.

Participar de mobilizações e ações exemplares: o dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) ou a Marcha Mundial contra a Fome (em geral no terceiro domingo de maio de cada ano) são datas referenciais na luta

pela superação da fome e da miséria. O Grito dos Excluídos, na Semana da Pátria, tem ajudado muitas comunidades numa vivência mais consciente do nosso amor à pátria. As diversas Pastorais e os calendários das Congregações têm suas datas comemorativas, que podem e devem ter sempre presente o dever da solidariedade com os mais pobres.

Terminemos recordando a palavra de Jesus Cristo, Mestre da Caridade, exortando-nos a darmos sabor ao convívio dos irmãos na terra e a iluminarmos o contexto do nosso mundo: "Assim brilhe a vossa luz diante das pessoas, para que vejam as vossas boas obras e louvem o vosso Pai que está nos céus" (Mt 5, 16).

Pe. Martinho Lenz, SJ. É sacerdote jesuíta. Tem doutorado em Sociologia. É ligado à UNISINOS de S. Leopoldo, onde trabalhou como pesquisador e professor. Foi Reitor do Colégio Pio Brasileiro em Roma (1992-2000). Atualmente é Secretário Executivo do Mutirão da CNBB para a Superação da Miséria e da Fome e membro do CONSEA Nacional. Coordena a publicação de uma série de Cadernos sobre *Temas de Doutrinal Social da Igreja*, em três volumes.

Endereço do Autor:

CNBB Nacional

Cx. Postal 02067 - 70259-970 Brasília, DF

E-mail: smf@cnbb.org.br

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Qual a contribuição mais válida que podemos dar como religiosos(as) no processo de superação da miséria e da fome, em nosso país e no mundo?
- 2- Como podemos contribuir para melhorar as políticas públicas a favor dos mais pobres?
- 3- Que obras ou ações sociais de nossa Congregação têm melhor ajudado a fazer brilhar a glória de Deus e sua justiça?

Testemunho de D. Antônio Fragoso

FREI GILVANDER LUÍS MOREIRA

Introdução

Logo após se tornar bispo emérito, Dom Antônio Fragoso entregou a mim, frei Gilvander Luís Moreira, por escrito, uma espécie de "Testamento Espiritual", escrito por ele mesmo, em João Pessoa, dia 15 de setembro de 1998. Guardei-o como uma pérola preciosa, ciente de que um dia deveria partilhar com muita gente raios de luzes da ação profética e libertadora de um bispo que foi um irmão e companheiro do povo pobre de Crateús e do Nordeste, companheiro na tribulação, e na perseverança.

As poucas vezes que tive oportunidade de conviver com Dom Antônio Fragoso me marcaram muito, pois eu sentia que dele irradiava uma luz e uma força profundamente humano-divina.

Dia 30 de novembro de 2005, tive a alegria de reencontrar Dom Antônio Fragoso em João Pessoa. Após visitar frei Domingos Fragoso, irmão dele e frade carmelita, fomos até à casinha onde ele estava morando, uma casa muito simples, ao lado de uma favela. Asfalto na frente da casa não existia. Poeira era o que não faltava. Ele nos mostrava graciosamente cada cantinho da casa com muitas fotografias de grandes lutadores e lutadoras. "Após entregar a coordenação da Diocese de Crateús, optei por viver aqui no meio do povo pobre, sendo um deles, na simplicidade e saboreando a presença de Deus no meio dos pequenos e prediletos do Pai", revelava Dom Antônio Fragoso. O que se segue é o texto que D. Fragoso me confiou e que, através da

Convergência, quero partilhar com Religiosas e Religiosos do Brasil.

1. Dados pessoais

- Antônio Batista Fragoso
- Nascido em 10/12/1920, em Teixeira, Estado da Paraíba, Brasil.
- Ordenado sacerdote, em 2 de julho de 1944, no Seminário da Paraíba.
- De 1947-1957, Assistente da JOC, para os Estados do Nordeste Brasileiro.
- Ordenado bispo, em 30 de maio de 1957.
- Bispo auxiliar, na Arquidiocese de São Luís do Maranhão, de 1957-1964.
- Bispo Diocesano de Crateús, Estado do Ceará de 1964-1998.
- Padre conciliar, no Vaticano II, em 1962, 1963, 1964 e 1965.
- Bispo Emérito de Crateús, desde de 17 de fevereiro de 1998.

2. Bispo

A JOC – Juventude Operária Católica – me abriu os olhos para a realidade do mundo dos **pobres** (que, depois, chamados de **Empobrecidos** e posteriormente, **Excluídos**).

A Teologia dos tempos de Seminário eu a levei a sério com a "paixão" dos tempos de juventude. Mas não consegui ILUMINAR minhas práticas e os "sinais dos tempos", pois ela, era mais "doutrinária", dedutiva.

A metodologia Jocista – do VER, JULGAR e AGIR vem testada nas experiências dos Militantes e Assistentes da JOC, me ajudou a partir da "Realidade", perceber o seu

“sentido e a presença do Reino sob sinais e a me confrontar com uma Prática Transformadora.

A notícia da minha escolha para o Episcopado me apanhou de surpresa. Convenido que a JOC era o meu futuro, apelei para o Papa. A nomeação enviada para mim, no início de dezembro de 1957, só foi publicada em março de 1957.

É voz corrente (quem sabe desses segredos, com segurança?) que Dom Hélder Câmara “sugeriu” à Nunciatura apostólica diversos nomes dos vindos da Ação Católica Especializada. Lembro-me de que, no Vaticano II, quando Mons. Joseph Cardajn foi escolhido Cardeal, nós, um grupo de 18, os Assistentes da JOC lhe oferecemos um almoço afetuosos.

Bispo Auxiliar do Arcebispo D. José de Medeiros Delgado, tentei fazer UNIDADE com ele, mesmo se éramos diferentes, na nacionalidade e na visão da Igreja e do Mundo.

Ele me confiou o acompanhamento da Ação Católica Especializada (JOC, JEC, JAC, ACO) e da Pastoral Catequética. Com as bênçãos e o apoio aberto dele, foi possível promover, em 1958, 1959 e 1960, uma SEMANA CATEQUÉTICA mobilizadora, em cada uma das 60 paróquias da Arquidiocese.

É bom ter em vista que a Arquidiocese de São Luís, cobria, na época, as Paróquias das, posteriormente criadas, Dioceses da Viana, Bacabal, Coroatã e Brejo.

3. O Vaticano II

Eu tive a graça de ser plenamente autorizado por D. José de Medeiros Delgado a participar do Concílio em 1962, 1963, em 1964 e em 1965 eu já era Bispo Diocesano de Crateús.

O Concílio Vaticano II marcou fundo a minha vida.

- O horizonte eclesial se alargou às dimensões dos 5 continentes;

- foi nos oferecida a oportunidade da renovação teológica, por meio de mais de 70 conferências-debates de grandes teólogos do 1º time teológico do mundo;

- deu-se a queda das imagens tradicionais de Igreja: Igreja Pirâmide e Igreja centro e periferia – que foi proclamada como a comunidade dos Discípulos de Jesus, todos fundamentalmente iguais, onde a “autoridade” se torna diaconia;

- aprofundou-se o diálogo da Igreja com as “Realidades Terrestres”;

- o Vaticano II teve dificuldades de acolher o pedido de João XXIII: apresentar ao mundo um ROSTO NOVO DE IGREJA, **sobretudo** da IGREJA DOS POBRES;

- nos bastidores do Concílio, um grupo de Bispos se reunia no Colégio Belga e tematizava a identidade entre Jesus e os Pobres, ensaiando a compreensão das conseqüências sociais, políticas, culturais e místicas dessa identidade;

- ficou-nos a certeza de que o Vaticano II não era o **ponto de chegada**, mas o **ponto de partida** de um processo exigente de conversão pessoal e eclesial.

O Antônio Fragoso que saiu do Concílio não era mais o mesmo que nele entrou, em outubro de 1962.

Nunca direi demais a Deus toda a minha gratidão por ter sido e continuar sendo PADRE CONCILIAR.

4. EM CRATEÚS, no sertão do Ceará

O Vaticano II me interpelou. Se esvaziaria, se os cristãos, e sobretudo o Episcopado, não o pusessem em prática.

As tentações chegam, previstas ou ines-

peradas. A “saudade das panelas do Egito”, a recuperação do pré-concílio, a “restauração” de uma modernizada neo-cristandade podem gerar o “desencanto” até nos mais ardentes, sepultar a memória do acontecimento, levar a proposta de “hermenêuticas” ideologizadas (talvez, bem intencionadas).

O desafio é este: como assumir o processo conciliar, articulando a Comunhão Evangélica de Igreja e a Ousadia profética?

A Igreja de Crateús, situada no sertão árido nordestino (os Sertões de Crateús e dos Inhamuns), também se sentiu desafiada e extremamente frágil para acolher o sopro inspirador do Vaticano II (não dando?) referencial para ninguém, mas, expressamos o desejo de dizer “sim” ao Apelo do Concílio.

1. Buscou assumir um “rosto rural”, priorizando o anúncio da Boa Nova aos Pobres, por vezes, dando pretexto às queixas das “classes Médias tradicionais”.

2. O Bispo com mais boa vontade do que “Know-how” não quis revestir a “figura histórica e popular de BISPO”, mas ir se tornando – companheiro e irmão.

3. Todas as decisões pastorais eram discutidas longamente com os leigos, as Religiosas e os Padres. O Bispo não quis prevalecer-se de seus “poderes canônicos” para destacar seu voto ou sua decisão, mas habitualmente aceitou que o voto de qualquer dos Leigos e Presbíteros fosse igual ao seu.

4. Desejando ser uma comunidade de discípulos, SEM PODER como Jesus, a Diocese recusou ter OBRAS (Colégios, Escolas, Rádio, Hospitais). As obras, se necessárias forem, devem ser iniciativas da “comunidade” e não do Bispo, do Padre, da “Diocese”, da “Paróquia”.

5. A Diocese de Crateús, muito pobre, depois de experimentar, durante 10 anos, pedir DINHEIRO/AJUDA às “Agênciasadoras” católicas e/ou não governamentais decidiu, sem muita unanimidade(!) não mais fazer projetos para o Exterior ou para o governo do País. A idéia inspiradora era esta: **“uma mulher, um homem, cresce quando DÁ DE SI, não quando estendem a mão para receber”**.

6. A Diocese decidiu não fazer um “Seminário menor”. Até mesmo chegou a pensar que “o coração da Diocese não é o seminário, mas a formação/educação da fé da comunidade, com seus Ministérios. Das Igrejas vivas na base nascerão, quando o Espírito soprar, VOCAÇÕES ORDENADAS E CONSAGRADAS suficientes.

7. Muitos Cristãos pediam “Espiritualidade”, “Mística”, “Nutrição da Fé”, calor do coração na Liturgia”, mas não aceitavam que a Fé movesse os Cristãos para o combate pela Justiça, para uma Prática transformadora e radical.

A Diocese assumiu a responsabilidade de lutar para que os Cristãos tivessem duas pernas sãs e articuladas: a perna da Experiência de Deus e a perna do combate pela Justiça. Esta opção trouxe tensões e afastamentos dolorosos.

Nos seus 34 anos, a Igreja de Crateús reconhece que está só NOS PRIMEIROS PASSOS de vivência da Inspiração do Vaticano II.

5. Violência e não-violência

A Igreja de Crateús não é uma ILHA, cujas pontes para “invasão” de idéias e propostas culturais estivessem cortadas.

A consciência da MISÉRIA (= Pobreza,

Empobrecimento, Exclusão) leva facilmente, à INDIGNAÇÃO ÉTICA.

A indignação ética é o primeiro passo necessário para o combate pela Justiça e pode-se abrir para a SOLIDARIEDADE ATIVA ou para VENCER A VIOLÊNCIA do Sistema com a violência popular.

As últimas 5 décadas "empurraram" mais no sentido de combater a violência com a violência.

Ultimamente, emergem Apelos para a Solidariedade (= "novo nome da Paz?").

Em Crateús, fortemente marcada pela injustiça e a opressão, a tendência dos intelectuais" e dos "Ativistas" era a "Revolução armada". Não havia estratégias com armas, havia mais "idealismos" e discursos.

Eu fui muito motivado por homens como Gandhi, pelo "movimento Internacional de Reconciliação" (Jean Goas e Hildegard Gon Mayer?), pela "irmandade do servo sofredor" (Bispo do Pe. Alfredinho Kung), pela "pressão Libertadora" (D. Hélder Câmara) pela "Firmeza Permanente" (Dr. Mário Carvalho de Jesus).

Não consegui convencer a maioria da Diocese de que o combate pela Justiça NÃO VIOLENTO, inspirado na Força Libertadora do Amor, era a Esperança. Ninguém queria a Revolução Armada, mas tinha medo de que a "Não Violência" fosse negativa, acomodada, "inocente".

Chego a pensar que a maioria da população da Diocese tem práticas não-violentas, mas é carente de EDUCAÇÃO para a ATITUDE solidária, que recusa usar as armas dos opressores.

6. Mons. Bettazzi e Pax Christi

Não é meu propósito falar do meu colega do Vaticano II, Mons. Luigi Bettazzi,

Bispo de Ivrea e membro da "Fraternidade dos Pequenos Bispos", que cerca de 20 Padres conciliares organizamos, durante o Concílio, como um pequeno grupo de Amizade e mútuo apoio, inspirado no Irmão Carlos de Foucaud e sua Espiritualidade, dos 20, 9 já se foram para a casa do Pai. Eram do Vietnã, da Coreia do Sul, da África, da Alemanha, da França, os outros, ainda sobreviventes, DAMOS GRAÇAS a Deus por este grupo.

Quero falar do testemunho de Mons. Bettazzi em favor da PAZ (= Pax-Christi).

Mons. Bettazzi foi sempre um bispo da Solidariedade ativa não violenta e da Profecia audaciosa. Nem sempre encontrou compreensão a que tinha direito.

Lembro-me das suas posições pela autodeterminação do Vietnã na Mídia ocidental.

Lembro-me de suas abertas e corajosas mensagens, nos congressos da Pax Christi italiana e da Pax Christi internacional.

Lembro-me de seus livros deliciosos de ler, interpelantes para os que querem sair do "status quo" ou de atitudes sectárias, especialmente o denso e profético "La Sinistra di Dio".

Lembro-me da Visita (Pesquisa à América Central e da publicação contraditada do relatório).

Sinto-me gratificado por ter Mons. Bettazzi como Amigo e Irmão e como um militante não violento da PAZ.

7. Esperanças para o futuro

Um homem com quase 78 anos ainda pode ter esperanças "concretas"?

Sou filho de um casal sertanejo parai-bano muito pobre, que foi sempre sonhador incorrigível, "jovem aos 90 anos" carregando utopias mobilizadoras.

São estas algumas das minhas esperanças:

- Uma Igreja com ROSTO DE POBRE, comunidade de servidores de Jesus, sem poder, vivendo a mística do serviço de "lavar os pés" da humanidade, principalmente dos pobres, conheço muitos testemunhos. Por isto, sei que é possível.

- O ministério dos Cristãos que, na Igreja Católica, unem a comunhão eclesial evangélica e a profecia explícita. Quem não se lembra do Pe. Haering, do Arc. John Quinn, do Pe. Tissa, de Mons. Oscar Romero, de Mons. Ivan Girardi, da multidão dos catequistas e celebradores da palavra nas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base -, dos milhões de mártires "anônimos" no combate pela justiça.

- As CEBs – pequenas Igrejas Vivas na Base de tipo rural e, também, de tipo urbano em que unem, no cotidiano "anônimo" a maior fidelidade ao Evangelho e à teimosia profética.

- O pluralismo de rastos da Igreja vinda de Teologias, de Liturgias, de formas de ser PADRE ensaiando, já na História presente, a UNIDADE NA DIVERSIDADE.

- A invenção de realizações históricas da UTOPIA SOCIALISTA, que os assim chamados "SOCIALISMOS REAIS" experimentaram e traíram e a "globalização" se gloria de havê-lo sepultado definitivamente.

- A resistência multissecular dos Índigenas, dos Negros, das Mulheres, dos Sem poder e que não é resgatada pela opinião pública de hoje, mas faz tremer o sistema global que o "ignora" e o "escanteia".

Estas **ESPERANÇAS "CONCRETAS"** estão fazendo o seu caminho e NINGUÉM vai impedi-los de florescerem e frutificarem, no tempo que o Espírito programa.

Antônio Fragoso – Bispo Emérito de Crateús.

João Pessoa, 15 de setembro de 1998.

Frei Gilvander Moreira. Mestre em Exegese Bíblica pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, professor de teologia bíblica no ISTA e no Seminário teológico em Mariana/MG, assessor da CPT, CEBI, MST, SAB e MAB.

Endereço do autor:

Rua Grão Mogol, 502 – Carmo Sion

30310-010 BELO HORIZONTE – MG

e-mail: gilvander@igrejadocarmo.com.br

“As poucas vezes que tive oportunidade de conviver com Dom Antônio Fragoso me marcaram muito, pois eu sentia que dele irradiava uma luz e uma força profundamente humano-divina.”

Genoma humano: seis anos depois

ANTÔNIO MOSER

Introdução

Com certeza, ninguém mais esquecerá fevereiro de 1997, quando toda a imprensa noticiou, com grande alarde, o nascimento da ovelha Dolly. Efetivamente tratava-se de algo de excepcional, pois pela primeira vez se havia conseguido um clone verdadeiro de um mamífero. Acontece que nem sempre o que é alardeado se constitui naquilo que é mais importante. E de fato, o mais importante e consistente era o que vinha acontecendo não em termos de sucessos biotecnológicos pontuais, mas o que vinha sendo estudado de maneira sistemática: o Genoma Humano. Um grande número de nações, de instituições públicas e particulares havia juntado suas forças para, num mega projeto, mergulhar a fundo nos segredos do código genético, especificamente nos segredos do código genético humano. A partir daí multiplicavam-se não apenas as notícias sensacionais, mas também as conquistas biotecnológicas. O projeto Genoma Humano, durou exatamente 10 anos: de 1990 a 2000. Tratava-se de marcar de maneira grandiosa a última década de um século e de um milênio. Para a genética e biotecnologias foi uma década de avanços sem precedentes.

Enquanto isto, o final do século e do milênio, e mais ainda, os primeiros anos desta virada histórica, não foram nada gloriosos para a VR. Até pelo contrário: foi neste mesmo contexto que explodiu uma grande crise na Igreja, que não só abalou

sua credibilidade em muitos setores, mas incidiu também sobre a VR. Estamos nos referindo aos escândalos relacionados com a pedofilia. Depois, ficou claro que estes crimes não são exclusivos de nenhuma instituição e de nenhuma profissão: fazem parte de uma terrível exploração do sexo, cuja expressão maior é constituída por redes de pedofilia. Mas a imagem da Igreja e das instituições religiosas ficou muito comprometida.

O personagem central do abalo na religiosa não é a pedofilia: é algo de bem mais amplo, e que apresenta muitas faces diferentes. Enquanto as ciências e tecnologias continuam alardeando sucessos, a VR parece continuar se defrontando com uma sombra no seu horizonte: para onde iremos? Haveria perspectivas para superá-la? Este é o objetivo central do nosso estudo. Embora estas sejam questões muito complexas, parece-nos que poderemos projetar alguma luz em dando três passos. O primeiro será o de informar-nos sobre o *status quaestionis*, seja da crise da VR, seja do *status quaestionis* em termos de avanços nas áreas das ciências e tecnologias diretamente relacionadas com a vida. Uma palavra diz tudo: é preciso informar-se. O segundo passo também é decorrência do primeiro: não basta informar-se, mas é preciso formar-se para enfrentar este novo momento histórico. O terceiro passo aponta para uma nova prática: é preciso empunhar decisivamente a bandeira do Evangelho da Vida.

1. É preciso informar-se do que está ocorrendo

Qualquer pessoa, de qualquer idade, pode hoje, em pouquíssimo tempo, dispor de um acervo incalculável de informações sobre qualquer assunto. Acontece que nem as informações, nem as comunicações são capazes de retratar o que de fato está ocorrendo num determinado campo. Ou seja: impõem-se uma triagem e uma sistematização para que se possa ultrapassar a camada mais superficial e mergulhar nas profundezas da realidade. Fazer a triagem e sistematizar é agora a grande tarefa dos estudiosos. Para atingir o objetivo proposto neste artigo, importa fazer este trabalho em relação à VR, em relação aos avanços biogenéticos e biotecnológicos e ao avanço de uma nova consciência ética, como possível trilha para não perdermos definitivamente o passo da história.

1.1. Algumas observações sobre a nova crise da VR

Sobretudo no contexto da década de 1960, com as transformações rápidas e profundas que se operavam no seio da Igreja e da sociedade, era muito comum falar em crise exatamente para sinalizar estas mudanças. Hoje volta-se a falar de crise em vários setores da vida e nas várias áreas do conhecimento. Acontece que então a palavra crise apontava mais para uma espécie de necessário *aggiornamento*, e por isto mesmo, por mais paradoxal que possa soar, carregava consigo um horizonte cheio de esperanças. O que estava em questão não era a pergunta sobre a morte, mas a pergunta sobre a ressurreição. Ressurreição das várias disciplinas teológicas, ressurreição das próprias instituições. Apesar de todas as di-

ficuldades enfrentadas, a palavra crise era portadora de esperanças muito concretas.

As crises de hoje, tanto no campo civil, quanto religioso, se apresentam com cores bastante diferentes. Parecem menos crises da adolescência, e muito mais crises da decrepitude. Se aquelas recordavam os albores da manhã, estas trazem à mente as sombras do sol poente. Neste sentido gostaria de remeter para uma recente análise sobre a VR, análise publicada por José María Vigil (REB julho 2006, 691-701). Ele começa referindo-se a outros estudos semelhantes, nos quais a situação da VR vem descrita em termos de “colapso”, de “ponto sem retorno”, de “preparativos finais de aterrizagem para preparar o fim do vôo”, e outras expressões talvez por demais alarmantes. O quadro de referência é a Europa Ocidental, mas segundo o autor, com poucas exceções, a tendência já começa a se manifestar em outros contextos. Logo logo as questões de fundo irão dominar todo o panorama.

Para ilustrar a presente crise, Vigil aponta para três ângulos: o estatístico, o institucional e o espiritual. As estatísticas referem-se à catolicíssima Espanha. Lá, em 1980 viviam 30.100 religiosos e religiosas. Em 2000 este número havia caído para 16.618. Em 2004 sobravam 13.010, num quadro onde a média de idade é de 65 anos. Sob o prisma institucional, é preciso observar que houve uma hemorragia que teria eliminado justamente as lideranças mais proféticas, ou seja, aquelas mais indicadas para buscar novos rumos. Sob o ponto de vista espiritual, a situação seria ainda mais grave: um marasmo muito grande impede verdadeiros debates. Um deserto intelectual, teológico e espiritual domina todo o panorama. A acomodação estaria tomando

conta de tal forma que muitos religiosos ficam simplesmente vendo o trem da história passar. Os dois últimos prismas, o institucional e o espiritual não retratam apenas a situação da Espanha: retratam o todo, onde deveriam ser anotadas poucas exceções. Para corroborar esta análise nada entusiasmante, basta anotar os subtítulos da segunda e terceira partes do referido estudo: O problema não é a VR, mas a Igreja; o problema não é do cristianismo, mas da religião; o problema não é da Europa, mas das sociedades avançadas. Com isto estaríamos diante de uma situação onde já não se trata mais de “aggiornamento”, de reparos, renovação, mas de uma verdadeira “mutação”. Ou mudamos ou morremos. Claro pode-se discordar dos adjetivos, mas é meio difícil não reconhecer que há algo de substantivo neste tipo de análise.

1.2. Algumas observações sobre as propaladas conquistas biotecnológicas

A virada do século e do milênio se caracterizou por uma série de notícias ora alarmantes, ora entusiasmantes. Sensacionais descobertas efetuadas no campo da biogenética eram anunciadas com frequência e num tom quase messiânico. Sexagem, clonagem terapêutica, terapia gênica, partenogênese, qualidade de vida, eram expressões subliminarmente associadas a uma espécie de promessa de terra sem males. Como sinais evidentes desta nova e decisiva etapa do saber e do poder humanos, anunciava-se para breve a cura de muitos males, entre os quais o mal de Alzheimer, o mal de Parkinson, diabetes, câncer e todos os demais males imagináveis. O imperativo tantas vezes repetido por pas-

tores midiáticos “pare de sofrer”, saía dos templos para ocupar os laboratórios e mesmo as ruas. Não acreditar nestas curas imediatas era uma espécie de blasfêmia, uma vez que, definitivamente, “a ciência” estava ocupando os espaços outrora associados à religião. Com ares de infalibilidade, biotecnólogos falavam “ex cathedra”, não deixando margem para dúvidas. Aqui no Brasil, particularmente no contexto dos debates referentes ao que se tornou lei de biosegurança, as grandes manchetes eram mais ou menos sempre as mesmas: o único empecilho para que os milagres acontecessem encontrava-se na posição irreduzível da Igreja católica, que, a todo custo, estava querendo impedir o avanço das ciências e das terapias. É com este quadro de fundo que se fazem necessárias mais algumas observações referentes às conquistas biotecnológicas.

Uma primeira observação quer salvaguardar as verdadeiras conquistas. É inegável que, num curtíssimo espaço de tempo houve grandes progressos ligados aos conhecimentos da genética e ligados às possibilidades de intervenções técnicas sobre os mecanismos mais secretos da vida. Hoje tudo funciona na base de chips e digitalização. Ademais, tanto os conhecimentos, quanto as técnicas, de uma maneira ou de outra, chegam ao conhecimento do grande público. Quando se fala destes avanços convém lembrar ao menos três campos: o da agro indústria, o da economia e o da medicina. Para um ajuizamento mais sereno neste campo convém fazer a mesma leitura efetuada pelo então Papa Paulo VI na sua *Populorum Progressio*: todos nos alegramos com os progressos técnicos, mas verdadeira conquista só é aquela que traz

mais humanização. A técnica pela técnica pode ser ambígua, e seguramente não é neutra de um ponto de vista ideológico. Não devemos temer a técnica, mas sim certas ideologias que comandam o campo tecnológico e biotecnológico.

Uma segunda observação responde mais à pergunta: mas afinal, de concreto, o que se conseguiu hoje com todas esta onda midiática que decanta tantos avanços? No parágrafo anterior já está subjacente: avanços, certamente há, mas nem sempre em termos de humanização. Melhor dito: é preciso, sempre de novo, desenvolver uma consciência crítica para fugir dos sensacionalismos, próprios de uma leitura ingênua da realidade. Os biotecnólogos, como os médicos, não são anjos só pelo fato de normalmente virem revestidos de aventais brancos. Como em todas os campos vamos encontrar pessoas conscienciosas e competentes, e pessoas menos conscienciosas e menos competentes. Devemos estar atentos aos inegáveis interesses comerciais que mediam até as conquistas verdadeiras, e seguramente constituem o cerne de todo tipo de anúncio sensacionalista. Sobretudo quando se trata de qualidade de vida e de saúde, qualquer pessoa de bom senso sabe que estes predicados dependem muito mais de estilos de vida do que de soluções mágicas vindas de fora. Sobretudo quando se fala em células tronco, não se pode deixar de perguntar logo se elas são adultas, ou seja, se encontram no nosso organismo, ou se são embrionárias. As células embrionárias, ao menos por ora, pressupõem a fecundação em laboratório e, quando retiradas, provocam a morte do embrião. No que se refere às células adultas, encontradas em maior abundância na

medula óssea e no cordão umbilical, elas se constituem numa grande esperança, mas por ora há ainda um longo caminho de experiências a ser percorrido. Ademais, quantos cordões umbilicais seriam necessários para oferecerem o número de células suficientes para se ter esperanças de algum efeito terapêutico? Uma pergunta simples, mas de longo alcance: nem tudo o que reluz é ouro. Traduzindo: mecanização da vida, venda de ilusões de cura fácil, comercialização, não se constituem em boa indicação para o verdadeiro progresso: são sinais da eterna exploração dos mais esperotos sobre as pessoas menos críticas e sobre as massas incultas.

1.3. Algumas observações sobre a nova sensibilidade ética

O momento presente encontra-se cheio de paradoxos. Por um lado, apresenta ângulos entusiasmantes; por outro, ângulos atemorizantes. Na exata medida em que a humanidade já não se apodera mais apenas dos frutos da árvore da ciência do bem e do mal, mas começa a comer os frutos da árvore da vida, tudo fica mais complicado, e por isto mesmo exige cada vez maior discernimento. Este discernimento tanto diz respeito aos conhecimentos, quanto à operacionalidade daquilo que se conhece. Ou seja: o discernimento se faz mais necessário do que nunca tanto em termos de biogenética, quanto do uso das biotecnologias. Este bom senso sempre teve nomes. Num passado mais distante seu nome era "virtude". Desde os tempos dos primeiros pensadores, mesmo do mundo pagão, a virtude sempre se traduziu como uma espécie de caminho da vida, contraposta ao caminho da morte, denominado de vícios.

As virtudes geram vida, os vícios geram morte. Felizmente, hoje vivemos num período onde aos grandes riscos vêm somar-se as grandes oportunidades de desenvolvimento humano. Significativamente, ao contrário de algumas décadas atrás, livros que falam de virtudes, vendem. Ou seja: existe uma preocupação bastante generalizada com os destinos do mundo. E é esta sensibilidade que nos impede de mergulharmos no pessimismo: nem tudo está perdido.

Ora, esta nova sensibilidade para a importância vital das virtudes, já levou o nome de ética; depois, de moral; hoje prefere-se falar em bioética. Há discussões sobre a originalidade ou não da bioética, no sentido de perguntar-se se ela é uma ciência nova, ou um desdobramento da ética. Como também é preciso estar atento às diversas concepções de bioética. Como sempre, uma bela palavra pode gerar modismos. É assim que há autores para os quais, sob o título de bioética, enfiam todos os problemas humanos. Isto revela um simples modismo, próprio de quem não mergulha a fundo nos problemas. Não será com uma palavra bonita que se irá iluminar um campo tão cheio de contradições e tão cheio de exigências. Traduzindo: não é qualquer um que se autodenomina de especialista de bioética, que o é de fato. Há quem, mesmo sem um mínimo conhecimento antropológico e filosófico, se julga no direito de opinar sobre a vida ou a morte dos outros. Como há também aqueles que, ignorando fatores econômicos, sociais, culturais, psicológicos, religiosos, julgam que os genes são responsáveis por todos os males e que através da biogenética e das biotecnologias, nós resolveremos todos os complexos problemas humanos.

Como se percebe, há diferentes correntes de bioética: umas de cunho mais personalista, outras de cunho mais social, outras de cunho mais ecológico, e assim por diante. Existem mesmo pessoas que se auto denominam de especialistas de bioética, e acabam, em nome da bioética, por justificar todo e qualquer procedimento, desde que seja considerado "científico". Assim, em nome da bioética se aceitam os vários tipos de aborto, a eutanásia, e, porque não, a pena de morte. Bem anotava o então Papa João Paulo II na sua magistral Encíclica "O evangelho da Vida", que nos deparamos hoje com uma cultura da morte; por isto mesmo cabe a nós lutarmos para construirmos uma cultura da vida. Ora, só merece o nome de bioética aquela ciência que, guiada pelo bom senso, preocupa-se em preservar e desenvolver a vida em todas as suas manifestações e em todas as suas etapas. É só assim que em vez da busca de um simples consenso, se busca o bom senso, fruto de pesquisas sérias e de debates mais sérios ainda.

2. É preciso formar-se sempre

Quando se fala em formação, não se está pensando propriamente em adquirir conhecimentos. Com razão, pensa-se mais na maneira de as pessoas se colocarem na vida. Mas é claro que hoje, mais do que nunca, a formação pressupõe conhecimentos. Contudo, a evolução rápida dos conhecimentos e da própria realidade, faz com que formandos e formadores estejam sempre mais antenados com o que o Concílio Vaticano II denominou de sinais dos tempos. É através desta atenção que se pode conseguir uma formação mais específica. Nesta mesma linha é que a formação ética, mormen-

te pelo viés da bioética, emerge como um destes sinais, e portanto como uma destas exigências dos novos tempos.

2.1. A eterna preocupação com a formação

Houve um período no qual quem sabia soletrar era considerado doutor. Depois houve um período no qual as pessoas letradas se consideravam especialistas de todas as áreas, seja das ciências humanas, seja das ciências do social. Agora vivemos um período no qual ser especialista é simplesmente uma impossibilidade. Considerando-se o incontável número de dados sobre qualquer assunto, sozinho ninguém consegue mais fazer ciência, e muito menos ser cientista. Sempre mais nos tornamos interdependentes. Ademais, deter muitas informações não nos dá forçosamente acesso à verdade das coisas e muito menos à verdade das pessoas. De qualquer modo, este é apenas um ângulo que transforma hoje a formação num desafio sem precedentes.

De fato, outros ângulos vão apontar para as mudanças de todo tipo, que se refletem sobre a vida social e interferem na vida das comunidades, das famílias e de cada pessoa. Basta pensar na significativa mudança na escala de valores. O que era considerado um grande valor na época dos nossos avós, hoje pode parecer uma temeridade. Basta pensar na questão do planejamento familiar: No passado, ter muitos filhos revelava sabedoria, pois significava garantia de que algum deles ao menos iria se dar bem. Hoje, ter muitos filhos, ao menos no nosso contexto, começa a aparecer como uma irresponsabilidade. Da mesma forma a maneira como os filhos tratava e tratam os pais; os relacionamentos entre formandos

e formadores. Tudo mudou, porque o mundo mudou e está mudando com uma rapidez incrível. Por isto mesmo, não basta ter aprendido uma vez: é preciso estar sempre de novo aprendendo.

Outro ângulo que deve ser levado em consideração remete mais especificamente para o quadro familiar de onde vêm nossos vocacionados. Há não muitas décadas, praticamente todas as vocações provinham de famílias que podem ser denominadas de regulares. Isto significa que gozam de uma certa estabilidade, e sobretudo, eram portadoras de valores fundamentais. Hoje as vocações oriundas de tais famílias vão se tornando um tanto raras. Claro que, em compensação, os vocacionados vão apresentar outras facilidades, sobretudo na linha da informação e da comunicação. Cabe aos formadores saber valorizar estas facilidades e descobrir sempre novos aspectos. Mas, é indiscutível que o quadro de desestabilidade insinuado acima vai se refletir no tipo de personalidade, que normalmente vai apresentar certas carências afetivas mais acentuadas, e até certos traços de instabilidade emocional. Ou seja, a formação sempre foi um processo empenhativo; só que hoje o empenho tem que ser muito maior e requer revisões contínuas.

2.2. Formação geral e formação específica

Houve tempos nos quais quem conseguia chegar ao segundo grau já era considerado uma espécie de intelectual. Hoje, quem tem apenas doutorado, passa a ser visto como uma pessoa menos qualificada, ao menos para exercer certas funções que pressupõem liderança. É verdade que a liderança tem a ver com a personalidade bá-

sica, mas também é verdade que ela pode e deve ser cultivada. E aqui vai aparecer uma realidade nova, ao menos até certo ponto. No contexto de um mundo agrário, ou mesmo de um mundo que se localizava ainda no contexto da sacralização, onde a religião e a igreja ocupavam o centro do povoado, tudo era mais fácil. Bastava ser padre, ou religioso, ou religiosa, para não apenas gozar de respeito, como até de uma liderança espontânea.

Hoje a liderança numa comunidade, numa escola, numa universidade, não é automática. Pelo contrário: até certo ponto ela tem que ser disputada palmo a palmo, com numerosas outras lideranças que vão emergindo. Isto é positivo e negativo ao mesmo tempo. Positivo porque obriga a enterrar definitivamente o sujeito presumível de tudo saber e de tudo poder, para dar lugar a um saber e um poder compartilhados. Negativo porque sem liderança torna-se difícil o cumprimento da missão básica da vida religiosa que é a de evangelizar. É bem verdade que se podem recordar grandes santos que viveram a vida no seu cantinho, escondidos, e que depois brilharam. Mas também é verdade que este tipo de santo não aparece todos os dias. A parábola dos talentos nos dá umas coordenadas neste sentido. A quem muito é dado, muito é exigido. Os talentos não nos são confiados para serem escondidos.

Neste contexto é que a profissionalização se torna um elemento muito importante no quadro da formação da personalidade, e também do religioso e da religiosa. Novamente, num outro contexto sócio cultural, ter força braçal e disposição para o trabalho já eram mais do que suficientes. Hoje, apesar das dificuldades acima as-

sinaladas em termos de especialização, se requer um empenho muito maior para ser profissionalmente respeitado. Não bastam boa vontade e dedicação. É necessário um preparo sempre mais acurado. Mesmo tendo-se em vista o desenvolvimento da informática, à qual um sempre maior número vai tendo acesso, é preciso ressaltar que não basta saber usar o computador. Este é apenas um instrumento, como antigamente o machado, a foice e o martelo eram instrumentos. Tudo depende do saber manejar este instrumento e dos resultados que se obtém com seu uso. Ou seja: exigem-se produtividade e resultados. Para tanto a pessoa tem que saber gerenciar seu tempo e seus talentos com um cuidado sempre maior.

2.3. Bioética: um sinal dos tempos

A formação da consciência sempre foi um pressuposto da formação para a vida cristã e religiosa. Acontece que, num passado não muito distante, para formar a consciência bastava conhecer e abraçar os dez mandamentos da lei de Deus e os cinco da Igreja. É verdade que o recipiente é o mesmo, mas os conteúdos e a compreensão destes mandamentos é bastante diferente. Por exemplo: como entender hoje o honrar pai e mãe, quando uma criança com poucos aninhos já sabe muito mais do que seus pais, e por vezes também muito mais do que seus professores? Como entender hoje o voto da obediência cadavérica, onde o "súdito" só tem direito a dizer amém? Como entender hoje o voto de castidade, quanto muitos vocacionados e vocacionadas já tiveram vários relacionamentos amorosos, mais ou menos profundos?

Todos estes e outros questionamentos exigem um discernimento muito grande,

tanto por parte dos formadores quanto dos formandos. Talvez não seja bem verdade que as vocações antigas eram melhores, porque obedeciam cegamente, porque não tinham apego aos bens terrenos, porque não quebravam explicitamente o voto de castidade. Hoje se deveria dizer que pode existir mais virtude numa obediência adulta do que numa obediência infantil; pode existir mais espírito de pobreza numa pessoa que maneja dinheiro, mas sem a ele se apegar, do que outra que não tocava dinheiro, mas era mesquinha no uso dos bens para si e mormente para os outros. Da mesma forma, pode existir mais virtude em alguém que já deu uma de filho pródigo, mas que se volta alegremente para o Pai, do que aquela pessoa que nunca deu nenhum banquete, como o irmão mais velho, mas é rançoso. Traduzindo: nem sempre as pessoas que nunca tiveram nenhum caso são mais integradas. Ora, a castidade diz respeito exatamente a isto: a capacidade integrar alegremente sua afetividade e sua sexualidade, a partir da mística do Reino. Novos tempos apresentam novas exigências e novas virtudes.

Neste horizonte é que também se colocam os desafios da formação não apenas de uma consciência ética, mas também de uma consciência que saiba se posicionar diante dos grandes desafios tematizados pela bioética. Na medida em que se compreende que os grandes desafios de hoje apontam para a vida, nas suas múltiplas manifestações e em suas múltiplas etapas, torna-se difícil de entender como um religioso e uma religiosa não têm a mínima iniciação para a bioética. Esta iniciação não pode se reduzir ao quinto mandamento. Ela vai se voltar para todas as formas de vida, num

planeta ameaçado por todo tipo de agressões. De alguma forma as agressões humanas se articulam com as agressões à natureza considerada externa. A partir da biogenética já não é mais possível compreender-se a si próprio como uma espécie de senhor da criação. Muito menos é possível compreender como um bom religioso, de uma forma ou de outra não mergulhe nas profundezas do mundo molecular e pela rede de informações genéticas que permitem que os seres vivos vivam. Traduzindo: se nós devemos continuar nos encantando com um pôr de sol, ou do surgir da lua cheia, não podemos não cultivar o mesmo encantamento diante das maravilhas de Deus reveladas no código genético. Talvez nenhuma prova para a existência de Deus seja mais conclusiva do que esta: o funcionamento de trilhões de elementos, constitutivos de uma realidade extremamente complexa, não pode ser fruto do acaso. Ao lado do tradicional livro da natureza e da Bíblia, é preciso aprender a ler o outro livro da revelação de Deus: o livro do DNA.

3. Empunhar o Evangelho da Vida

De alguma forma este terceiro item já é uma decorrência lógica do que foi colocado nos dois itens precedentes. Agora trata-se apenas de fazer mais alguns ressaltos, e tirar algumas conclusões. Por isto mesmo, este terceiro item será bem mais breve, uma espécie de roteiro que já comporta uma interpelação ética.

3.1. *Acorda povo*

Pelo fato de me haver dedicado muito a questões de bioética nestes últimos anos, tive oportunidade de falar a muitos auditórios. Normalmente a receptividade tem

sido muito boa, já pelo próprio fato de a bioética ser um aspecto simpático da ética, e em ascensão. Claro que esta receptividade também se manifesta quando o público é constituído por religiosos (as) e sacerdotes. Contudo, por vezes tenho a impressão de que para muitos estas são belas considerações, mas que se encontram numa espécie de mundo da fantasia. Nem todos se dão conta das mudanças radicais em termos de compreensão dos mecanismos mais secretos da vida e em termos da capacidade humana de interferir hoje, diretamente, sobre estes mesmos mecanismos, através das biotecnologias. Nem todos acordaram para esta nova realidade, ao mesmo tempo fascinante e preocupante.

3.2. *Bioética como porta e entrada para evangelizar*

Desde que se começou a falar em bioética, em 1970, sempre se pensou numa ciência que deveria fazer o papel de ponte para um diálogo proveitoso entre as várias ciências que, de um modo ou de outro, dizem respeito à vida. As preocupações com a vida se acentuaram na exata medida em que a denominada reprodução assistida passou a fazer parte do cotidiano, e os laboratórios começaram a determinar sempre mais os rumos da humanidade. Sendo uma ciência do diálogo, ela é, forçosamente, pluri e transdisciplinar. Isto significa: ela não se filia a nenhuma religião especificamente, ainda que entre os primos bioetnólogos, vários deles proviessem de igrejas cristãs. Do ponto de vista da evangelização, o que à primeira vista poderia parecer negativo, acaba se revelando como altamente positivo. Isto porque, sabidamente, um bom número de pesquisadores da área

da genética, particularmente no Brasil, faz questão de afastar qualquer sombra de referência à religião e a religiosos. Poucas vezes na história do Brasil se constatou maior hostilidade quanto agora. Ao contrário, poucas vezes na história do Brasil se encontrou maior acolhida do que agora, para aqueles que falam em nome da bioética. Não estaria aqui uma excelente porta de entrada para evangelizar com novos métodos e novo ardor?

3.3. *É urgente a formação de especialistas nesta área*

Dizer que a bioética se constitui numa porta de entrada para ambientes à primeira vista hostis a qualquer referência religiosa, é sustentar meia verdade. Não é qualquer um que consegue entrar por esta porta. É preciso apresentar as devidas credenciais. Estas credenciais não se resumem a diplomas ou títulos. Elas apontam muito mais para o efetivo conhecimento da problemática que está em questão. Como pode alguém "defender" e promover a compreensão cristã dos vários problemas relacionados à vida, se não tem conhecimento de causa? Justamente nestes ambientes, de nada adiante ranger os dentes e proferir discursos condenatórios. Este tipo de pessoas, que, sob vários aspectos estão traçando os caminhos do futuro da humanidade são bem mais receptivos quando alguém se apresenta sorridente, com um discurso fundamentado e coerente. Talvez não seja demais neste contexto recordar a pedagogia de Jesus. Ele sabia muito bem onde queria chegar. Mas, ao contrário dos grupos religiosos, cheios de certezas rigidamente defendidas a unhas e dentes, ele inaugura uma nova maneira de se comu-

nicar: começa pelas bem – aventuras, para depois chegar às exigências para se poder usufruir delas. Se é evangelho, só pode soar como uma boa e alegre notícia.

Conclusão: Há seis anos se dava como concluído o grandioso Projeto Genoma Humano. Ele se constituiu num impulso sem precedentes, na busca de uma mais profunda compreensão dos mistérios da vida. Grandes conquistas tiveram lugar, tanto em termos de conhecimentos, quanto em termos de empreendimentos. Diante disto, como estão reagindo as pessoas ligadas à Igreja de modo geral, e à vida religiosa de modo particular? Uma resposta única é muito arriscada. Por isto, talvez pudéssemos dividir as pessoas em três grupos: o daqueles que ainda estão dormindo, completamente por fora deste mundo novo que vem sendo desvelado; o daqueles que tomaram algum conhecimento, mas, por razões múltiplas, se colocam na defensiva; o daqueles que alegremente vão assimilando as maravilhosas conquistas, e corajosamente vão enfrentando os novos desafios. Afinal, todas as conquistas da humanidade, sempre comportaram audácia e por isto mesmo sempre comportaram riscos.

Biogenética e Biotecnologia representam mais do que belas palavras: expressam uma realidade nova. Nós não só nos encontra-

mos na era espacial, da informática, da robótica, da digitalização, mas nos encontramos na era em que os seres humanos já tendo se apoderado do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, agora estão estendendo a mão para agarrar os frutos da árvore da vida. É algo de entusiasmante e atemorizante ao mesmo tempo. O pior, ou o melhor, é que tudo isto acontece não num período em que a ousadia se constitui na marca registrada da VR, mas onde, com ou sem razão, se fala de uma crise sem precedentes, porque de uma crise existencial. Pior, se a VR continuar caminhando por trilhos que em outros tempos levavam a algum lugar, mas agora já não levam a lugar nenhum. Melhor, se a VR abrir as janelas dos conventos empunhando a bandeira do Evangelho da vida. Este é um momento decisivo da história da humanidade. Cabe a nós buscar novos discursos e novos caminhos para chegar onde sempre quisemos: ao Criador, que fez bem todas as coisas, e aos irmãos e irmãs para ajudá-los a trilhar o caminho da vida.

Endereço do autor:

Rua Frei Luís, 1.000

25689-900 – Petrópolis/RJ.

Email: moser@vozes.com.br

amoser@itf.org.com.br

Site: www.antoniosmoser.com

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Você pensa que a crise acima aludida é de crescimento, portanto, positiva, ou é inanição, e, portanto, negativa?
- 2- Tente descrever o que você entende por Evangelho da Vida.
- 3- Foram indicadas algumas pistas de saída da crise: quais são e que outras mais você indicaria?

Apresentação

Esta análise tem dois grandes focos: o primeiro é a relação do Brasil com os demais povos da América Latina e Caribe, tendo em vista a preparação da 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Aparecida; o segundo é o processo eleitoral brasileiro e seus resultados, que revela traços nem sempre lembrados da realidade social e política do nosso País. Completa o texto uma breve chamada de atenção para fatos relevantes do cenário internacional.

O Brasil na América Latina

Se for pedido a uma amostra de brasileiros, inclusive gente com instrução de nível superior, que tracem de memória o mapa do Brasil, o resultado mais provável é que o litoral corresponda aproximadamente à realidade, mas não as linhas fronteiriças com os vizinhos. De fato, é pequeno nosso conhecimento dos outros povos e países do continente. Neste contexto, a preparação da 5ª Conferência do CELAM, a realizar-se em maio de 2007, será para o Brasil uma excelente oportunidade de tomada de consciência latino-americana e de busca de um desenvolvimento integral e integrado. Será o Brasil o grande beneficiário, pois hoje não é mais possível um desenvolvimento sem cooperação regional. Tomando como referência as quase três décadas desde a Conferência de Puebla, aparecem no campo da realidade social e política fatos que nos desafiam e merecem atenção.

Realidade Social

Persiste, no conjunto dos nossos países, a situação de pobreza e miséria, porque persiste a concentração da riqueza, da renda e da terra. A promessa capitalista de que se fosse “aumentado o bolo” ficaria mais fácil reparti-lo, não se realizou. O crescimento econômico do pós-guerra até os anos 1970 foi desfeito pela dívida externa e o modelo neoliberal aplicado desde os anos 1980 deu resultados pífios em termos de crescimento econômico, apesar de seu alto custo social (notadamente o desemprego). Daí a persistência, senão o agravamento da desigualdade social: num pólo, uma diminuta mas poderosa classe empresarial inserida no mercado global (em grande parte pela exportação de produtos primários), no outro, uma enorme massa de pessoas sem lugar no mercado, sobrevivendo no subemprego, na economia informal, da assistência social ou mesmo de atividades ilícitas. Entre esses dois pólos, uma camada intermediária formada por diferentes classes sociais da cidade e do campo, algumas inseridas no setor moderno da economia (agricultura, indústria e serviços), outras agregadas aos aparelhos do Estado e ainda outras conservando formas tradicionais de vida, principalmente no campo. Neste contexto, a “opção preferencial pelos pobres”, que agora compreende também e principalmente os excluídos do mercado, é ainda mais atual do que foi no século passado.

Conseqüência visível dessa desigualdade é o crescimento da violência, principal-

mente nas cidades e nas zonas onde atua o narcotráfico. Os índices de mortalidade entre os jovens atingem tais níveis, que seus efeitos já podem ser percebidos em estudos demográficos. Eles e elas são mais vítimas do que agentes da violência, mas são eles que amedrontam a sociedade com sua contra-cultura de contestação. Também aqui se aplica, com enorme pertinência, a “opção pelos jovens” feita em Puebla.

Também em consequência da situação de desigualdade, cresce a migração, principalmente de jovens, para a América do Norte. Embora muito úteis para desempenharem funções econômicas pouco ou não-qualificadas, esses e essas migrantes são socialmente discriminados e têm sua vida seriamente ameaçada: só em 2005, 464 pessoas perderam a vida tentando atravessar a fronteira entre os EUA e o México, grande parte no deserto do Arizona. Para evitar sua entrada, o governo dos EUA quer construir o novo “muro da vergonha”, de modo a separar o rico norte do sul empobrecido. A face mais cruel desse processo migratório é o tráfico de mulheres e crianças, iludidas ou forçadas a deixarem sua terra para satisfazerem o apetite sexual de pessoas frustradas. O tráfico de pessoas, no sentido mais amplo, é o 3º negócio mais rentável do mundo (só perde para as armas e drogas). Isso provoca a fragmentação dos valores familiares, que estão na base de nossa cultura. Pesquisas mostram que não se trata tanto de perda de valores, mas, sobretudo, da fragilidade das famílias ou das pessoas para resistirem às investidas do mercado que lhes promete todo tipo de vantagens materiais. Por serem as famílias atingidas em sua integridade, ganha muita atualidade a “opção pela família”.

Não podemos, contudo, deixar de ver que

ao lado dessas realidades tenebrosas há também realidades luminosas em Nossa América, pois estão crescendo em volume e em qualidade as reações da sociedade contra a secular situação de injustiça e desigualdade. Sob a forma genérica de movimentos sociais e populares, multiplicam-se as organizações que trazem propostas alternativas. A mais visível é, certamente, o Fórum Social Mundial, que não por acaso tomou forma na AL, anunciando para os demais povos que “outro mundo é possível”. Não é ele, porém, o único sinal de vitalidade de nossos povos: movimentos de povos indígenas, de camponeses, de mulheres, de negros e de tantos outros grupos, estão construindo novas formas de economia solidária, de mobilizações pela Paz e por Direitos Humanos, enfim, reavivam a esperança de um mundo mais justo, democrático e pacífico. Cabe acrescentar que a Igreja tem sido parceira – e muitas vezes também a parceira – desses movimentos e organizações na busca de uma “civilização do amor”.

Cultura

Os Estados Nacionais têm como matriz cultural uma herança colonial de difícil superação: a valorização exacerbada do que vem de fora (principalmente dos EUA e da Europa), em detrimento da cultura, da história, das tradições nacionais e latino-americanas. Tal matriz cultural foi agravada pela experiência escravista ou servil vivida pela maioria dos nossos países, gerando preconceito racial contra afrodescendentes e indígenas. Em vários países, porém, assistimos a movimentos indígenas em busca de reconhecimento de sua identidade e reivindicando a reparação pelo uso de suas terras. Povos do México, Equador, Bolívia, Guatemala, Peru e Brasil têm muitas expe-

riências positivas neste campo. Também movimentos contra o preconceito a afrodescendentes têm crescido e em alguns países – como Cuba e Brasil – importantes passos foram dados. Assim, a cultura latino-americana e caribenha tem suas bases latinas e cristãs enriquecidas pela contribuição de outros povos ou tradições.

Política e economia

No pano de fundo de toda análise da realidade atual precisa estar a memória do projeto colonial: nossos países foram formados para serem economicamente explorados pela metrópole. Este era o escopo do mercantilismo que marcou o império português e espanhol dos séculos 16 a 18 e também do capitalismo de mercado que tomou seu lugar desde o século 19, sem, contudo, eliminar formas de trabalho escravo e servil. Nossos povos ainda não se libertaram inteiramente daquela situação subalterna e continuam na periferia do sistema econômico mundial, mas hoje percebemos fatos muito significativos nesse processo de emancipação nacional e de desenvolvimento social e econômico:

1- Emergência dos pobres, principalmente operários e indígenas cuja participação na política nunca havia ido além do papel de atores coadjuvantes, como protagonistas no cenário político. Nos dois últimos decênios do século 20 deram importante contribuição ao processo de derrubada dos regimes militares de segurança nacional e de democratização dos nossos países, e, neste início de século estão trazendo para as instâncias mais altas de governo um projeto nascido dos setores populares.

2- Nova consciência de ética na política, diante de sistemas políticos baseados na corrupção, no clientelismo e que sem-

pre asseguraram aos poderosos a certeza da impunidade. Essa consciência se expressa em mobilizações sociais que vêm ganhando vulto cada vez maior. Um exemplo disso é a revisão das leis que impediam a apuração de tortura e outras violações aos direitos humanos, cometidas por militares.

3- A falência da economia argentina expôs o fracasso do Neoliberalismo na América Latina e motivou uma virada de vários países para propostas de centro-esquerda: a própria Argentina, Venezuela, Brasil, Uruguai, Chile e Bolívia. Essa reconfiguração do panorama político motivou a busca de outro modelo de integração latino-americana. Seu primeiro efeito foi a desarticulação da ALCA, com a conseqüente pressão dos Estados Unidos para que os países mais dependentes assinem o TLC (Tratado de Livre Comércio), cujas cláusulas são mais desfavoráveis ao seu desenvolvimento.

4- Diante da globalização da economia, aumenta o número de países que buscam a integração da economia regional, para juntos saírem de uma posição periférica e, em bloco, participarem do comércio mundial em situação de paridade. O Mercosul é um desses sinais de uma política econômica regional capaz de romper os antigos vínculos de submissão de nossas economias aos interesses dos EUA.

Cabe aqui a informação de que o Senado Federal aprovou no dia 12/09/06 a criação e implantação do Parlamento do Mercosul, já aprovado pela Câmara dos Deputados. Seu Protocolo foi assinado pelos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e espera ratificação dos parlamentos desses países para a sua instalação. A expectativa é que o Parlamento do Mercosul seja inaugurado em novembro deste ano, devendo au-

mentar a transparência e sintonizar as posições políticas das sociedades dos países do Bloco. A sessão inaugural na data prevista ocorrerá em um momento de ajuste no Mercosul, que recebeu a adesão da Venezuela e o possível ingresso do Chile e Bolívia, mas enfrenta as críticas dos sócios menores – Uruguai e Paraguai – que anunciaram sua intenção de buscar acordos de livre comércio com os Estados Unidos.

Ecologia

Foi despertada a consciência de que somos responsáveis pela vida do Planeta, hoje ameaçada. O movimento que nos anos 1980 era pouco mais que uma curiosidade, ganhou vulto e já é hoje um fator de peso nas decisões políticas. A esta consciência social contrapõe-se a economia de mercado, que não considera os direitos da Terra quando se trata de contabilizar lucros. Sua hegemonia coloca em risco a própria vida da Terra, pois o mercado insiste em ultrapassar os limites dos recursos renováveis, não tendo em conta que a vida do Planeta deve ser o parâmetro do desenvolvimento econômico.

Conseqüência desta nova consciência ecológica é que está se iniciando um movimento de âmbito regional em defesa da Amazônia e do Pantanal, cujas bacias atingem quase todos os países da América do Sul. A defesa destas duas bacias e de seus ecossistemas, impondo projetos de desenvolvimento ecologicamente sustentáveis, tende a ser uma das bandeiras capazes de unirem todo o continente.

O atual mapa eleitoral do Brasil

O mapa político que emerge do primeiro turno das eleições tem lógica: na disputa presidencial, dois candidatos de orientações

diferentes quanto ao papel do Estado, ligados a partidos formados ao final da ditadura militar e com forte marca paulista. De São Paulo ao sul, centro e oeste do país (até o Acre), os eleitores preferiram quem prega menos Estado, menos impostos, maior autonomia dos estados federados, menos empresas estatais, mais capitalismo liberal, ALCA e volta à política externa de FHC. Os estados do Norte (com exceção de Roraima) e Nordeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo sufragaram o candidato que estancou as privatizações; orientou a política externa para as relações com países emergentes e os vizinhos; cobrou mais impostos e empreendeu política social de transferência direta de renda para os mais pobres.

Outro mapa é o da Câmara Federal, onde o PMDB fez a maior bancada (89 deputados). Sua votação em todo o território nacional é a vitória de um “centrão” sem ideologia nem forte pensamento doutrinário, tendo no interesse político local e regional a cola que liga seus líderes. Em seguida veio o PT (83 deputados), fruto de sua expansão dos grandes centros urbanos para o interior. Depois, vem o PSDB (66), também urbano, e o PFL (65), o maior representante das oligarquias regionais, aliados na defesa dos interesses dos líderes “modernos”. Os partidos considerados médios assim ficaram: PP com 41; PSB, 27; PDT, 24; PL, 23; PTB, 22; PPS, 22; PCdoB, 13; e PV, 13. As cadeiras restantes foram para os partidos menores. Ou seja, a disputa presidencial está nas mãos dos partidos do Brasil urbano e moderno, enquanto na Câmara predominam são os interesses conservadores e a política dos caciques regionais.

Na Câmara dos Deputados houve uma renovação de 48% para o próximo mandato; o

índice é superior aos verificados nas duas eleições anteriores – 1998 e 2002. Dos 236 novos eleitos, 41 já foram deputados em outras legislaturas e 195 o foram pela primeira vez.

O quadro é de difícil interpretação: de um lado, foram reeleitos 53 deputados que respondem a processos ou estão sendo investigados por algum crime; do outro, as urnas exprimem o desejo difuso de renovação ética pela reeleição de parlamentares que se empenharam em favor da moralização dos costumes políticos e na rejeição de parlamentares com imagem negativa, como Severino Cavalcanti e Nei Suassuna.

Ainda é cedo para avaliar se o novo quadro da Câmara é mais conservador que o anterior porque a volta de deputados experientes poderá compensar a perda daqueles que projetaram uma imagem positiva do Congresso, como Luiz Eduardo Greenhalgh, Antonio Carlos Biscaia, Sigmaringa Seixas, Orlando Fantazzini, Paulo Delgado, Walter Barelli e Ângela Guadagnin.

Destacaram-se nestas eleições como bons de urna: o ex-ministro Ciro Gomes, com 616.979, 16% do total dos votos válidos do Ceará; ACM Neto com 436.966 votos e Paulo Maluf com quase 740 mil votos. Bizarra foi a vitória de Clodovil com quase 500 mil votos. Já o percentual de votos nulos cresceu 66%, e o de brancos, 34%, em relação à eleição passada.

No Senado Federal, os resultados das urnas alteram a representação partidária com os novos 27 eleitos. Se não houver nenhuma mudança em virtude do segundo turno das eleições nos estados (senadores são candidatos) e se nenhum eleito resolver trocar de sigla (o que é garantido pela legislação eleitoral em vigor), o PFL passa de 16 para 19 senadores, com a maior bancada na Casa.

O PMDB, por sua vez, recuará de 22 para 17 senadores. Dos chamados grandes partidos, a bancada do PSDB desce de 15 para 14 senadores e a do PT de 12 para 11. Crescem o PCdoB (de 1 para 2 senadores), o PDT, de 4 para 5, e o PSB, de 2 para 3. Mantêm os mesmos números o PTB (4), o PL (3) e o PRB (1). O PSOL fica sem representação, enquanto assume uma vaga na Casa, cada um, o PPS e o PRTB de Fernando Collor.

Bancada evangélica diminui

O escândalo da CPI dos Sanguessugas atingiu em cheio a bancada evangélica da Câmara. Apenas 15 dos 60 deputados que hoje compõem a Frente Parlamentar Evangélica, continuarão no cargo a partir do ano que vem. Entre os que não se reelegeram ou não se candidataram, 16 foram citados como envolvidos no esquema de compra superfaturada de ambulâncias. Mesmo com a entrada de novos deputados, a Frente Parlamentar Evangélica não ultrapassará os 40 integrantes. Uma redução significativa porque desde 2002 estava com 60 deputados e três senadores, sem contar os parlamentares evangélicos que não aderiram à frente. Adelor Vieira, coordenador da bancada evangélica, não foi reeleito.

Atualmente, a Assembléia de Deus é a igreja evangélica com a maior representação no Parlamento, 22 deputados. Em seguida, vem a Universal, com 16 congressistas. Os 22 membros da Assembléia de Deus se candidataram à reeleição, mas somente cinco garantiram vaga na próxima legislatura. Entre os que não se reelegeram, dez são suspeitos de participação na máfia das ambulâncias. A Igreja Universal reagiu de maneira diferente: proibiu a candidatura de parlamentares sob suspeita.

Apenas dois membros da igreja tentaram a reeleição e não conseguiram manter o mandato. A decadência da Igreja Universal no Parlamento começou quando o ex-deputado Carlos Rodrigues, líder da bancada da igreja no Congresso, foi envolvido nos principais escândalos que abalaram o país nos últimos anos: bingos, Correios e mensalão.

Bancada ruralista diminui, mas reelege seus líderes

O grupo perdeu alguns deputados (caiu de 111 para 95), mas a reeleição de líderes importantes e de expoentes do agronegócio pode garantir a manutenção da força dos defensores do latifúndio no Congresso. Estudo realizado pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) classifica como integrante da bancada ruralista quem, mesmo não sendo proprietário rural ou da área do agronegócio, assume a defesa dos pleitos da bancada, seja em plenários e nas comissões, seja em entrevistas à imprensa e nas manifestações de plenário. Dos 95 parlamentares ruralistas, 64 são deputados reeleitos e os outros são novos. O forte lobby ruralista – é o mais poderoso grupo de interesse no poder legislativo – tem garantido a atual estrutura agrária. Suas campanhas dispendiosas contrastam com candidaturas mais humildes de quem defende a agricultura familiar e o campesinato. Outros dados revelam o aumento do número de empresários e de pessoas com patrimônio superior a R\$1 milhão (são 165, sendo o maior deles com quase R\$260 milhões).

As conseqüências da cláusula de barreira

A cláusula de barreira está se tornando o “bicho-papão” da nova legislatura. Foi

criada para reduzir o número de partidos no cenário nacional. Especialistas defendem que o dispositivo é importante para coibir a criação das chamadas “legendas de aluguel”. Porém, alguns sustentam que ela tem o efeito colateral de impedir o surgimento de partidos ideológicos com pouca estrutura. Instituída em 1995 para vigorar em 2006, ela exige dos partidos 5% do eleitorado nacional e pelo menos 2% em nove unidades da federação.

Nesta primeira eleição com a lei em vigor apenas PMDB, PT, PSDB, PFL, PP, PSB e PDT atingiram aquele patamar, enquanto 14 outros não terão direito a: a) participar de comissões, b) votar e ser votado para dirigir órgãos colegiados das Casas do Congresso, c) ser membro da Mesa Diretora, d) constituir liderança, e) ter acesso ao horário eleitoral gratuito, f) receber os recursos do fundo partidário. Os parlamentares desses partidos poderão promover fusão ou incorporação de seu partido com outros, ou mudar para um partido que tenha atingido a cláusula de barreira. O TSE apresentou outras interpretações da lei da cláusula de barreira, mas ainda não foram esclarecidas.

Executivo moderno e legislativo atrasado

É preciso ter em mente que o Legislativo é constituído conforme as regras eleitorais do voto proporcional de lista aberta, enquanto o Presidente da República é eleito pelo voto majoritário. Como estes dois modelos operam? A partir do processo de urbanização massiva ocorrida após o início do desenvolvimento capitalista no Brasil, o eleitorado se concentrou majoritariamente no sudeste do país e nas áreas metropolitanas. Como o voto majoritário dá a cada eleitor

um voto, a disputa para a Presidência da República alça políticos de dois partidos urbanos, o PT e o PSDB. Não por acaso, são políticos de São Paulo, estado que abriga quase 1/4 do eleitorado brasileiro.

O voto proporcional introduzido na Constituição de 1946, assegura pelo menos sete representantes por estado federado independentemente do tamanho de sua população. Na medida em que aumenta a população de um estado, diminui a relação entre ela e seus representantes, porque setenta é o número máximo de deputados para um estado. De modo que temos um Executivo de feição urbana e um Legislativo de feição regional.

Alckmin teria mais facilidade de fazer arranjos no Legislativo federal para garantir a governabilidade porque há uma tradicional aliança entre a elite do sudeste e seus parceiros federados menos privilegiados. Difícil é quando se quer mudar o rumo desta política na direção social-democrata. Diante da turbulência do próximo governo, caso Lula seja o vitorioso, outro cenário intranquilo se adianta: dois candidatos fortes para as eleições de 2010, Aécio Neves e Jose Serra. Desta vez, Minas e São Paulo. É este cenário que pode levar a um novo rearranjo partidário: o lulismo, talvez descolado do PT, somado – quem sabe? – a Minas com Aécio e parte do PMDB. Seria o que tem sido chamado o “terceiro turno” das eleições, para a governabilidade.

Eleições e Movimentos Sociais

A história recente do Brasil conta com um protagonista nem sempre bem visto por setores da elite: os movimentos sociais. Sua presença varia de acordo com a região geográfica e seus problemas específicos. Em to-

das as eleições presidenciais pós-redemocratização, os movimentos sociais agiram praticamente em bloco apoiando candidaturas vinculadas às suas lutas e agendas.

Na eleição de 2006 esse bloco sofreu uma fratura, pois alguns movimentos decidiram manter-se neutros enquanto outros apoiaram a candidatura que lhes parecia mais próximas de seus interesses ou projetos. Assim, foi grande o número de antigos ativistas distantes da campanha eleitoral. Isto se deve em parte à frustração da expectativa de grandes mudanças com a vitória de Lula em 2002 e à crise política de 2005, mas sua raiz está na crise da própria democracia representativa.

O 2º turno provocou o reposicionamento nos movimentos sociais, devido às diferenças entre os projetos em disputa. Embora os dois candidatos proponham gestão macro econômica semelhantes, diferem quanto à concepção de Estado. Um exemplo claro é o estímulo do governo Lula à realização de conferências, conselhos e outras formas de participação, enquanto os oito anos de PSDB não deixaram saudades nos movimentos sociais: a repressão à greve dos petroleiros e a persistente tentativa de criminalização do MST marcaram uma visão de Poder Público de costas para os movimentos sociais.

Mesmo atuando em bloco, como historicamente fazem em momentos cruciais, observa-se que a adesão à candidatura Lula não desperta o entusiasmo geral. Em setores beneficiados pelas conquistas econômicas e pelo alargamento dos espaços de participação social, o apoio é total, mas noutros setores predomina o apoio pelo “negativo”, ou seja, o receio da volta da agenda do estado mínimo.

Em todo caso, o processo eleitoral que em breve se encerra deixa a sensação de uma eleição sem entusiasmo nem paixão, porque faltou profundidade aos debates sobre o que os brasileiros e brasileiras queremos neste início de século: distribuir renda e riqueza com equidade; exercer ética e democraticamente o poder; junto com nossos vizinhos, contribuir para a paz mundial; encontrar o justo equilíbrio ecológico; e favorecer uma cultura humanista e bela.

Independentemente do resultado das eleições de 29 de outubro, os movimentos sociais criaram espaços comuns de formulação de alternativas, a exemplo da Coordenação dos Movimentos Sociais e a Assembleia Popular. O primeiro procura articular a mobilização dos atores sociais em torno de uma pauta mais imediata e o segundo procura estimular a reflexão sobre os impasses históricos do Brasil e as saídas possíveis na perspectiva de um projeto popular. Assim fazendo, continuarão para além do resultado eleitoral na sua saga de despertar, organizar e mobilizar o povo na sua busca por um outro Brasil Possível.

Ética na Política

O tema da corrupção e da ética foi abordado numa análise de conjuntura do final de 2003, após um ano do governo Lula. O país parecia viver uma transição positiva nas relações políticas entre a sociedade e o poder, apesar de o Estado continuar sendo reflexo e instrumento dos "donos do poder". Parecia haver um salto qualitativo para a superação da cultura patrimonialista que legitima a apropriação indevida dos orçamentos e de outros bens públicos.

Com a vitória do Lula, havia esperança de instauração de um novo jeito de fazer

política. Mas parece que o sistema dominante tradicional da vida política brasileira revelou-se mais forte que as boas intenções do PT. Era possível fazer oposição dentro do sistema, mas impossível fazer oposição ao próprio sistema. A vitória deste ficou mais chocante porque não se esperava uma aprendizagem e adaptação tão rápidas ao sistema por parte do partido que pretendia marcar o cenário político por uma nova visão ético-política. Assim, o sistema político continua funcionando na base do nepotismo, clientelismo, políticas de favores e outras formas patológicas do exercício do poder que estão a um passo da corrupção.

Só vai haver verdadeiramente ética no tratamento da coisa pública, quando houver a necessária vontade política. Na atual cultura política do país, a reprovação ética manifesta pela sociedade fica circunscrita à moral individual: reprova-se o político que bota a mão no dinheiro público, porque é um ladrão. Mas como tratar a moralidade na própria ação política, nas organizações políticas e institucionais?

No contexto hegemônico de globalização financeira e econômica, parece que a única resposta seja de ordem de uma ética imperativa interpelando as vontades individuais. O debate político não pode ficar estruturado pelos pólos da economia e da moral privada, pois nesta configuração desaparece o bem-comum e esvazia-se a função do político, que consiste em exercer o papel de árbitro entre interesses heterogêneos. Em outras palavras a despolarização vigente submete a esfera política à moral individualista, às categorias econômicas e ao direito privado. Neste quadro, o debate ético sobre a conduta virtuosa dissimula o que está em jogo nas escolhas

coletivas e no conteúdo conflitual das relações sociais. A sociedade precisa dar a devida consideração à organização política e institucional, pois aí há um déficit tanto da esfera do político, como da ética social.

A crise da ética na política resulta em boa parte da crise do político. Por falta de visão política em termos de bem comum e de construção de uma verdadeira democracia, tudo se tornou negociável. A lógica da barganha e de outras negociatas domina o cenário do congresso e de outras instâncias do poder. A disputa por cargos públicos é a característica dominante deste sistema aético. A focalização excessiva sobre a moralidade privada resulta do desaparecimento da vida pública, da banalização da política. Trata-se para superar o vazio ético e político, de instaurar uma vida pública autêntica, juntando ética e política como dimensões inseparáveis.

O Mundo se arma

Os projetos de desenvolvimento nuclear do Irã e da Coreia do Norte levantam sérias questões sobre a segurança regional, os riscos de utilização da arma atômica, e até onde se pode controlar ou impedir a construção da bomba por um país decidido a consegui-la.

O presidente do Irã, Ahmadinejad, conservador nacionalista, eleito em junho de 2005, reafirmou o "direito inalienável" de seu país de controlar o ciclo do combustível nuclear. Tendo retomado o enriquecimento do urânio, Teerã anunciou em abril que o país dispunha de novas armas para responder a qualquer ataque dos "inimigos" e que o país seria uma "futura superpotência mundial". No final de julho, o Conselho de Segurança exigiu a suspensão das ativida-

des sob pena da aplicação de sanções e deu o prazo até o final de agosto para a execução da resolução. As sanções atingiriam os programas balísticos e nucleares do Irã. Os EUA pedem muito mais: a interdição de viajar ao estrangeiro para os dirigentes iranianos, o congelamento dos bens financeiros iranianos. Não descartam o uso da força. Moscou e a China são mais resistentes às sanções sem descartá-las totalmente. O Secretário Geral da ONU, Kofi Annan não acredita na eficácia das sanções.

O caso iraniano diz respeito à paz não só no Oriente médio, mas no mundo todo. Os países ocidentais consideram que a fabricação duma bomba nuclear pelo Irã é uma grave ameaça à segurança na região. Israel tem a bomba atômica e a utilizará com o aval dos EUA se sentir-se ameaçada pelo Irã. Por outro lado, o Irã é uma potência regional e tanto pode ter um papel estabilizador quanto desestabilizador. O país é o quarto produtor mundial de petróleo. A Rússia está construindo ali uma central nuclear para a produção de eletricidade. Para preservar os seus interesses, os países querem evitar a confronto.

No caso coreano, país muito mais pobre do que o Irã, não há ameaça de uso da bomba, pois faltariam ao país os foguetes adequados para seu transporte. De todo modo, a proliferação nuclear representa um perigo real para a paz mundial, que não pode ser ameaçada pela fabricação descontrolada das armas nucleares. No entanto, nada garante que as atuais potências nucleares estejam impedidas de usar suas armas mortais contra reais ou pretensos inimigos. As declarações do presidente Bush sobre este assunto não são nada tranquilizadoras. Nestes como noutros conflitos internacio-

nais, não há solução fora do diálogo e das negociações. Os que preconizam o uso da força são perigosos.

Tão ou mais perigosa que a proliferação nuclear, é a conquista do espaço como estratégia militar. Empreendimento científico, tecnológico, industrial e comercial, ele coloca em jogo interesses essenciais para ficar ou entrar no "clube das nações mais avançadas": construir foguetes e pôr satélites em órbita, com fins pacíficos ou não, e assim dominar o espaço é essencial para quem pretende manter ou conquistar a hegemonia mundial.

A nova política espacial definida pelo presidente Bush, tornada pública em outubro, representa uma virada importante. O documento afirma que "a segurança nacional depende de maneira crucial dos meios no espaço... os EUA entendem preservar os seus direitos, seus meios e sua liberdade de ação no espaço". Se necessário "impedirão seus adversários de usar suas capacidades de armamentos hostis aos interesses nacionais americanos". Para Washington, "a liberdade de ação no espaço é tão importante que seu poder aéreo e marítimo". O recado é claro: os EUA pretendem ficar totalmente livres na sua política de conquista do espaço, e se oporão a qualquer tipo de tratado ou legislação interna-

cional, impedindo ou limitando os meios de defesa (satélites espiões) ou de expansão comercial (satélites de comunicação) utilizando o espaço.

Peritos militares consideram que esse documento é mais um importante passo na política militar norte-americana. Recusando participar em eventuais negociações sobre a militarização do espaço, os EUA vão aumentar as suspeitas sobre suas intenções de reforçar os seus programas militares. Segundo a diretora do Centro de informação sobre a defesa: "mesmo se o documento não diz explicitamente que os EUA vão destruir satélites ou instalar armas no espaço, ele abre novas possibilidades que isso aconteça". Os EUA estabelecem unilateralmente seus direitos sem reconhecer os dos outros. Hoje têm a supremacia do espaço, pois a Rússia perdeu o essencial dos seus meios e a China ainda está engatinhando nesta disputa.

Contribuíram para esta análise Pe. Bernard Lestienne SJ, Daniel Seidel,

Gilberto Souza, Pe. José Emanne Pinheiro, Lúcia Avelar e Pe. Thierry Linard.

Pedro A. Ribeiro de Oliveira. Professor da Universidade Católica de Brasília e Membro da Equipe de ISER-Assessoria.

Endereço do autor:

Caixa Postal 02067

70259-970 Brasília - DF

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Na sua apreciação, quais são os desafios maiores para a Vida Religiosa no atual contexto da América Latina e do Brasil?
- 2- Que leitura você e sua comunidade fazem do processo eleitoral recente? Que lições ficam para o futuro do País?
- 3- Como a atual situação mundial está desafiando a missão da Igreja?

Índice alfabético por autor

Convergência, Ano de 2006

Este índice foi feito seguindo este critério: AUTOR. E abrange apenas o ano de 2006.
O primeiro algarismo representa o número da revista. O segundo indica a página.

- ANDRADE, Irmão Marcus Alexandre Mendes de, CM – O que o Espírito diz à Vida Consagrada... Uma visão do Congresso Nacional “Novas Gerações e Vida Religiosa”. Memória, Poder e Utopia 396/478
- BARROS, Marcelo – Por uma Igreja conciliar e pluralista. O Vaticano II, o diálogo inter-religioso e a Vida Consagrada 390/94
- BOLZAN, Ir. Maris, SDS – Vida Consagrada enraizada em Cristo Jesus. Testemunho, profecia e esperança 389/23
- BRIGHENTI, Agenor – A eclesiologia do Concílio Vaticano II a partir das quatro notas da Igreja 389/27
- CALIMAN, Cleto, SDB – Vida Religiosa e Igreja na América Latina 395/427
- CASTILHO, Pedro – A experiência mística como um efeito de familização 397/557
- CHERRES, Alex Viguera, SS.CC – “A eucaristia, sacrifício reparador da humanidade” 392/208
- CODINA, Victor, SJ – Crise de liderança na sociedade e na Igreja 396/498
- COMBLIN, José – A Vida Religiosa e a Política 396/490
- FARIA, Frei Jacir de Freitas, OFM – O Evangelho de Judas – Traidor ou libertador? 395/440
- FILHO, José Del-Fraro – Psicanálise, Homossexualidade e Espiritualidade 393/306
- JOSAPHAT, Frei Carlos, OP – Caridade evangélica e solidariedade mundial 393/278
- JUNGUES, José Roque – Biotética e saúde Pública 394/376
- JÚNIOR, Francisco de Aquino – Paz: fruto da justiça. O testemunho da Igreja de El Salvador 392/236
- LARRAIN, Sara – Sustentabilidade: paradigma para outro mundo possível 391/183
- LEERS, Bernardino, OFM – Eucaristia e vida consagrada 397/524

LENZ, Pe. Martinho, SJ – O drama da fome como um apelo à Vida Religiosa ..	398/601
LEPARGNEUR, Hubert – Liberdade, caridade e Vida Religiosa	391/189
LESTIENNE, Bernard, SJ – A dimensão social da evangelização. O desenvolvimento é a maior questão social	397/537
LIBANIO, J. B. – Às voltas com o poder	395/403
LIBANIO, J. B. – Laudatio in honorem DD. Luciano	396/467
LIBANIO, J. B. – Sociedade do conhecimento: prioridades educacionais	392/217
LINHARES, Jussara – No Princípio da responsabilidade está o futuro da delicadeza humana	394/356
MATOS, Frater Henrique Cristiano José, CMM – Em busca de uma auto-compreensão da consagração religiosa	394/345
MESTERS, Frei Carlos, O. Carm. – Voltar às origens. Voltar ao essencial da Boa Nova que Jesus nos trouxe	389/14
MOREIRA E LAUREANO, Frei Gilvander Luís e Delze dos Santos – VI Fórum Social Mundial. Um mundo democrático-participativo e socialista em construção	390/119
MOREIRA, Frei Gilvander – Em memória de Dom José Mauro, Bispo bom samaritano e profeta	397/572
MOREIRA, Frei Gilvander – Testemunho de D. Antônio Fragoso	398/611
MOSER, Antônio – Genoma humano: seis anos depois	398/616
MURAD, Irmão Afonso – Profetismo e gestão da mudança	389/37
OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro – Brasil: Análise de Conjuntura. Outubro de 2006	398/626
PALACIO E PRADO, Carlos, SJ e Ir. Therezinha Almeida – A força da fragilidade (2Co 12,9) / Testemunho de vida	391/168
PEREIRA, Frei Marcio Henrique, OFM – Doutrina social da Igreja, solicitude social, políticas públicas e conjuntura sócio-política nacional	390/103
PEREIRA, William César Castilho – Autoridade, poder e autonomia. Vícios e virtude	392/229

PUERTO, Mercedes Navarro, MC – “A liderança das mulheres em uma nova maneira de ser Igreja”	395/414
QUEVEDO, Pe. Luís, SJ – Os primeiros Jesuítas: mística, companheirismo e missão	398/589
RIQUELEME, Julian, OP – O comportamento humano dentro do intercultural e do inter-religioso	394/368
SANDRINI, Pe. Marcos, SDB – Obras sociais: presença entre os mais pobres	391/174
SANTOS, Luciano Gomes – O Cristianismo é Humanismo? Ensaio a respeito da Parábola do Grande Inquisidor de Dostoievski	396/506
SANTOS, Luciano Gomes dos – O Mistério Pascal na obra do Teólogo Hans Urs Von Balthasar	391/159
SILVA, Marcello – Religião e mercado na pós-modernidade: desafios para a Igreja e Vida Religiosa	389/51
STADELMANN, Luis I. J. – As imprecações nos Salmos	393/311
STADELMANN, Luís I. J., SJ – Deficientes físicos na Bíblia	390/79
SUSIN, Frei Luiz Carlos – Do “amor à sabedoria” à “sabedoria do amor”. Consciência “crítica” em tempos “pós-críticos”	391/142
TEIXEIRA, Faustino – Evangelização em um mundo pluralista	393/270
VALERO, Urbano, SJ – Autoridade e mediação: um serviço de governo carismático	397/548
VALLE, Carlos del, SVS – “O diálogo inter-religioso como diálogo profético: compromisso missionário da Vida Consagrada”	393/298

CRB (Informe)

- Carta compromisso do Seminário Inter-Regional Centro-Oeste. Projetos Novas Gerações e Vida Religiosa
- 389/12
- 1. Nas sendas do Projeto “Novas Gerações e Vida Religiosa”: números que falam, luzes que se acendem, ecos que soam e caminhos que se abrem. 390/72
- 2. CNBB, CRB e Comina enviam duas missionárias para Timor Leste
- 390/76
- 1. Em nome da opção pelos pobres
- 391/137
- 2. Congresso Nacional “Novas Gerações e Vida Religiosa”. Tema: Memória, Poder e Utopia
- 391/140

■ 1. Plano de Evangelização Solidária na Amazônia. Missão Compartilhada.	392/200
2. Confederação Latino Americana de Religiosos – CLAR faz visitas a Dicastérios Romanos	392/205
■ 1. PROFORMAR – Programa de Formação para Assessoras Regionais	393/266
2. II Encontro Nacional Justiça e Paz. Vida Religiosa Consagrada e Compromisso Solidário	393/267
■ 1. Relatório da visita da Presidente da CRB Nacional às Conferências de Cuba, Haiti e Santo Domingo	394/329
2. O lugar da palavra na Vida Religiosa Consagrada	394/335
3. XVI Assembléia Geral da CLAR	394/339
4. Intervenção da Santa Sé ante o novo Conselho dos Direitos do Homem da ONU	394/342
■ 1. Congresso Nacional “Novas Gerações e VR”. Ecos e Prospectivas	395/392
2. Reflexão e partilha de quem participou do Congresso	395/396
3. Roteiro de estudo para contribuições ao tema “Evangelização da Juventude”	395/400
■ 1. Nossa homenagem a um Bispo de muitas causas	396/457
2. Homenagem da Via Campesina a Dom Luciano Mendes de Almeida	396/459
3. VII Assembléia dos Organismos do Povo de Deus	396/461
4. Vida Consagrada Inserida e Solidária	396/464
■ Participação e colaboração da CRB no 11º Encontro Nacional das Congregações e Movimentos Eclesiais que trabalham com a juventude	397/521
■ 1. Curso de Teologia para Religiosas de Vida Contemplativa	398/585
2. Carta aos povos da Amazônia. Em repúdio à perseguição aos -defensores de defensoras dos direitos humanos na Amazônia	398/587

Editorial (Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI)

● Percorrer os caminhos da paz	389/1
● Evangelização e inclusão	390/65
● Primado da vida	391/129
● A utopia da partilha	392/193
● Artesãos de unidade	393/257
● Nas pegadas do Mestre	394/321

- A palavra é vida 395/385
- Homenagem. O Pastor Bom 396/449
- O ícone de Emaús 397/513
- Ser Cristão hoje 398/577

João Paulo II

- Na verdade, a paz. Da mensagem de Sua Santidade Bento XVI para a celebração do Dia Mundial da Paz – 1º de janeiro de 2006 389/5
- Discurso do Papa Bento XVI aos participantes no encontro promovido pelo Pontifício Conselho “*Cor Unum*” 390/69
- Mensagem de Bento XVI para XXI Jornada Mundial da Juventude 391/133
- Mensagem de Bento XVI para o 40º Dia Mundial das Comunicações Sociais. Os mídias: rede de comunicação, comunhão e cooperação 392/197
- Vigília Pascal. Homilia do Santo Padre Bento XVI. Basílica Vaticana. Sábado, 15 de abril de 2006 393/262
- Discurso do Papa Bento XVI aos Superiores e às Superiores Gerais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica 394/326
- Palavras de reflexão do Papa Bento XVI na paróquia de Rhêmes-Saint Georges 395/390
- Mensagem do Papa Bento XVI para o LXXX Dia Missionário Mundial. “A caridade, alma da missão” 396/454
- Mensagem do Papa Bento XVI para o LXXX Dia Missionário Mundial. “A caridade, alma da missão” 397/518
- Mensagem do Papa Bento XVI no 20º aniversário do Encontro Inter-religioso de oração pela paz convocado por João Paulo II 398/581



CRB

Impresso
Especial

050200140-2/2002 - DR/RJ

CRB

...CORREIOS...

Quadro Programático da CRB 2005-2007

Horizontes

1. Uma espiritualidade evangélica que potencialize para o testemunho da partilha, para a profecia e anúncio missionário, e para acolher as mudanças necessárias, frente aos novos tempos.
2. Vida Consagrada como sinal do Reino de Deus na opção preferencial, audaciosa, solidária e transformadora pelos empobrecidos e excluídos.
3. Afirmação da identidade da Vida Consagrada no seu compromisso e missão com a causa da justiça, da paz, da reconciliação, sendo esperança para a vida do mundo, no seguimento de Jesus.
4. Vida Consagrada como espaço de novas relações, particularmente de gênero, de etnias, de gerações e ecológicas.

Prioridades

1. Avançar na construção de alianças intercongregacionais na formação, missão, projetos comuns, e em parceria com organizações afins.
2. Dinamizar o processo formativo para ser presença profética e testemunha de esperança diante dos desafios da realidade de hoje.
3. Assumir as interpelações das novas gerações em seus dinamismos, exigências e potencialidades.
4. Incentivar a vida fraterna e sororal em comunidade como espaço de testemunho evangélico, na interculturalidade.
5. Cultivar uma mística enraizada na Palavra de Deus como fonte de coragem para responder aos desafios atuais.
6. Resgatar de forma criativa a inserção em meios populares, bem como a missionariedade em regiões carentes, no mundo urbano, *ad gentes* e em realidades emergentes.

Realces

1. Potencializar uma formação humanizante com particular atenção aos desafios atuais e questões de identidade, liderança, poder e relações na Vida Consagrada.
2. Fomentar uma economia solidária e partilha de recursos humanos e materiais, em vista de um testemunho mais efetivo.
3. Buscar a comunhão com a CNBB, a integração com a CLAR e o diálogo com as novas formas de Vida Consagrada.
4. Cultivar a consciência crítica e o discernimento evangélico que tornem a Vida Consagrada capaz de posicionar-se com determinação diante das situações de injustiça na sociedade.
5. Dar prosseguimento ao processo de sensibilização da Vida Consagrada para questões emergentes, de modo particular vindas da juventude e as novas formas de animação vocacional.
6. Ajudar as congregações e institutos em suas análises institucionais, em vista da refundação.